



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE BIOLOGIA**



TIAGO TEODÓSIO FRUTUOSO DE LIMA

**A CONSTRUÇÃO DE UM *BLOG* COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO SOBRE
PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA EM ADOLESCENTES E IST NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

João Pessoa
2020

TIAGO TEODÓSIO FRUTUOSO DE LIMA

**A CONSTRUÇÃO DE UM *BLOG* COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO SOBRE
PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA EM ADOLESCENTES E IST NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (PROFBIO), do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Biologia.

Área de concentração: Ensino de Biologia

Linha de Pesquisa: Comunicação, ensino e aprendizagem em Biologia.

Macroprojeto: Novas práticas e estratégias pedagógicas para o ensino de Biologia

Orientadora: Prof^a Dra. Temilce Simões de Assis Cantalice

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c LIMA, Tiago Teodosio Frutuoso de.

A construção de um Blog como estratégia de ensino sobre prevenção da gravidez indesejada e IST na educação de jovens e adultos / Tiago Teodosio Frutuoso de Lima. - João Pessoa, 2020.

119 f.

Orientação: Temilce Simões de Assis Cantalice.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Educação Sexual, Gravidez, IST, Adolescência. I. Cantalice, Temilce Simões de Assis. II. Título.

UFPB/BC

TIAGO TEODÓSIO FRUTUOSO DE LIMA

**A CONSTRUÇÃO DE UM *BLOG* COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO SOBRE
PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA EM ADOLESCENTES E IST NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (PROFBIO), do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Biologia.

Data: 20 de julho de 2019

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Temilce Simões de Assis Cantalice
Orientadora

Prof. Dr. Wallace Felipe Blohem Pessoa
Avaliador Interno

Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros
Avaliador Externo

Profa. Dra. Fabíola da Silva Albuquerque
Membro Suplente

Relato da(o) Mestranda(o):

Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Mestranda(o): Tiago Teodósio Frutuoso de Lima
Título do TCM: A construção de um <i>blog</i> como estratégia de Ensino sobre prevenção da gravidez indesejada em adolescentes e IST na Educação de Jovens e Adultos
Data da defesa: 20 de julho de 2020
A atividade docente, mesmo sendo prazerosa, é sempre um processo desafiador. O aprofundamento proporcionado pelo PROFBIO ao nosso conhecimento de Biologia foi de uma grandeza singular. Após exatos 8 anos afastado do âmbito acadêmico, exercendo a função de professor de Ensino de Biologia e Ciências, encontrei no PROFBIO a oportunidade de me qualificar, não só um melhor professor, como também uma ser humano melhor. Além do mais se torna Mestre era um sonho que já almejava há algum tempo. E foi nesse cenário “frutuoso” que encontrei a possibilidade de ressignificar os meus saberes biológicos e assim fundamentar minha prática cotidiana como docente. Percebi logo no primeiro semestre que era preciso mudar a minha prática em sala de aula, e foi com o despertar das sequências didáticas que percebi o quanto falhava no decorrer do meu ofício. Quando a partir do tema escolhido, desenvolvi uma sequência didática que motivou os alunos, pois os mesmo demonstraram-se envolvidos pela ação. Os mesmos, ainda encontravam-se atônitos com a ideia do protagonismo, o que era para mim até então um grande desafio. Nessa trajetória, muitos momentos e desafios merecem ser destacado, um deles é o respeito e o carinho que todos os envolvidos transmitem professores e colegas, em especial a Professora Dra. Temilce Simões de Assis Cantalice, minha orientadora, a qual desde o principio abraçou com garra e dedicação a ideia de um projeto e de um produto. Portanto, relato que diante de tantos desafios, o PROFBIO, contribuiu com a ampliação do meu conhecimento do conteúdo como o conhecimento das práticas pedagógicas e das novas metodologias de ensino. Diante disso, o meu sentimento é de agradecimento.

*Dedico a todos os colegas
que lutam por uma
educação sexual emancipatória;
a todos que buscam um ensino
significativo na vida dos alunos.*

AGRADECIMENTO

Inicialmente agradeço a Deus, que foi minha maior força nos momentos difíceis. Obrigado Senhor!

Agradeço também à minha família, mãe, pai e irmão, pela força e compreensão. Em especial, agradeço à minha esposa, Edinalva, que sempre me deu força e apoio desde o início da minha jornada acadêmica e que, junto com meus amados filhos, Vinícius e Maria Clara, estiveram ao meu lado em cada uma das dificuldades enfrentadas.

Agradeço ainda à professora, Temilce Simões de Assis Cantalice, minha orientadora, a quem sou extremamente grato pela total compreensão, ajuda e dedicação que ofertou a esse projeto. Muito obrigado por me guiar com sabedoria e paciência!

A todos os professores do PROFBIO que nos ensinaram e dedicaram um carinho enorme por nossa turma. Em especial, agradeço aos professores Wallace Felipe Blohem Pessoa e Fabíola da Silva Albuquerque, pelas orientações e dicas na construção do TCM.

Aos professores coordenadores desse projeto tão bonito que é o PROFBIO na Paraíba, os professores: Rivete Silva de Lima, Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa e Maria de Fátima Camarotti, verdadeiros guerreiros. A vocês minha total admiração!

Aos meus colegas de finais de semana, pelas palavras de apoio e de força.

À Secretária de Saúde do Município de São Miguel de Taipu, a amiga Bernadete, pelo apoio e contribuição na conclusão do deste trabalho.

Agradeço ainda aos alunos da Escola CIEM-HV em especial aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, sem os quais esse trabalho não seria possível.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todos, meu muitíssimo obrigado!

RESUMO

O tema educação sexual no Brasil ainda é cercado de inúmeros tabus. A busca por um trabalho de prevenção da gravidez na adolescência e da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) esbarra, portanto, em inúmeras dificuldades diante do crescente movimento conservador que se instaurou no país. Assim, a abordagem da educação sexual de maneira emancipatória possibilita ao educando tornar-se protagonista de suas decisões. Para essa realização, buscou-se o uso das metodologias ativas e das tecnologias digitais da informática e comunicação (TDIC) em sala de aula. Em razão da relevância da temática e da importância em oferecer ao público um produto acessível e interativo, fomentou-se um trabalho que pretende levar informações sobre prevenção da gravidez precoce e das IST por meio de um canal digital, o *blog*, uma ferramenta que permite a disseminação das informações a todos que estejam conectados à *internet*. Dessa forma, buscou-se fomentar o protagonismo e a investigação dos educandos do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos, da Escola Centro Integrado de Ensino Municipal Henrique Vieira de Melo, localizada em São Miguel de Taipu-PB, sobre o tema. Para isso, fez-se uso da metodologia ativa, por meio da pesquisa ação, na busca de dados e na elaboração de estratégias, como o uso de sequências didáticas, oficinas, discussões diversas, além da criação de *blogs*. O uso do questionário, pré-teste e pós-teste foi importante, assim como os debates em sala de aula durante as realizações das sequências didáticas e da oficina. Após a efetivação da pesquisa, percebeu-se que o *blog* cumpriu sua função de divulgar informações necessárias sobre prevenção da gravidez e às IST aos alunos da escola e a toda a comunidade.

Palavras-chave: Educação Sexual. Gravidez precoce. IST. Adolescência; EJA; *Blog* educacional.

ABSTRACT

The topic of sex education in Brazil is still surrounded by taboo numbers. The search for work to prevent teenage pregnancies and to prevent sexually transmitted infections (STIs), therefore, comes up against several difficulties in the face of the growing conservative movement in the country. Thus, an emancipatory approach to sex education allows to educate and become the protagonist of their decisions. For this accomplishment, you can use the active methodologies and digital information and communication technologies (TDIC) in the classroom. Due to the relevance of the theme and the importance of offering the public an accessible and interactive product, work is promoted that leads to information on preventing early pregnancy and STIs through a digital channel, or blog, a tool that it allows the dissemination of information to everyone connected to the Internet. In this way, you seek to foster the protagonism and investigate the studies of the 3rd segment of Youth and Adult Education, at the Henrique Vieira de Melo Municipal Integrated School, located in São Miguel de Taipu-PB, on the subject. For this, it made use of the active methodology, through action research, in the search for data and in the elaboration of strategies, such as the use of didactic sequences, workshops, diverse discussions, besides the creation of blogs. The use of the questionnaire, pre-test and post-test was important, as well as the debates in the classroom during the realization of the didactic sequences and the workshop. After the research was carried out, it was noticed that the blog fulfilled its function of disseminating information on pregnancy and STI prevention to school students and the whole community.

Key words - Sex education, early pregnancy, STI, adolescence, EJA, educational blog.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DE TAIPU E SUA LOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO A CAPITAL PARAIBANA.....	48
FIGURA 2 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE SISTEMA REPRODUTOR HUMANO: EM 2A – APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA AOS ALUNOS; EM 2B – CONFECÇÃO DO SISTEMA REPRODUTOR MASCULINO.....	64
FIGURA 3 - EM AMBAS AS FIGURAS PERCEBE-SE A EXIBIÇÃO DE MAQUETES DO SISTEMA REPRODUTOR FEMININO.....	65
FIGURA 4 – DISCUSSÃO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, TURMA DO CICLO V.....	66
FIGURA 5 – AULA PRÁTICA DE COMO CONSTRUIR UM <i>BLOG</i>	70
FIGURA 6 – MODELO DE <i>BLOGS</i> PRODUZIDOS POR ALUNOS DA EJA.....	71
FIGURA 7 – IMAGEM DO <i>BLOG</i> DE ATUAÇÃO.....	72
FIGURA 8 – IMAGEM DO <i>BLOG</i> VIA CELULAR.....	73
FIGURA 9 – EM DESTAQUE A ORIGEM DO PÚBLICO QUE ACESSARAM O <i>BLOG</i>	73
FIGURA 10 - IMAGENS DE POSTAGEM DO <i>BLOG</i>	104/105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES, NÚMERO DE ALUNOS POR IDADE.....	52
GRÁFICO 2 – SEXO DOS PARTICIPANTES.....	53
GRÁFICO 3 – LOCALIZAÇÃO E RESIDÊNCIA DOS ALUNOS.....	53
GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE ALUNOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM E DOS QUE APENAS ESTUDAM.....	54
GRÁFICO 5 – PERCENTUAL DOS ALUNOS QUE JÁ POSSUEM FILHOS.....	56
GRÁFICO 6 – RESPOSTA SOBRE A PERGUNTA, QUAL É A FAIXA ETÁRIA DOS ADOLESCENTES.....	57
GRÁFICO 7 – RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO, CONHECE OS RISCOS DE UMA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA?.....	57
GRÁFICO 8 – RESPOSTA DO QUESTIONAMENTO SE OS PARTICIPANTE CONHECEM OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?.....	58
GRÁFICO 9 – RESPOSTAS DA PERGUNTA PREFEREM O SEXO COM OU SEM CAMISINHA.....	58
GRÁFICO 10 – MARQUE O QUE SIGNIFICA IST?.....	59
GRÁFICO 11 – DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DE SE PREVENIR CONTRA A GRAVIDEZ E IST?.....	60
GRÁFICO 12 – COM QUEM VOCÊ DISCUTE SOBRE SEXUALIDADE?.....	61
GRÁFICO 13 – O TEMA ABORDADO, JÁ FOI DISCUTIDO NA ESCOLA?.....	62
GRÁFICO 14 – A QUAL PROFESSOR CABE A RESPONSABILIDADE DE TRANSMITIR O CONTEÚDO SOBRE SEXUALIDADE E PREVENÇÃO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IST?.....	62
GRÁFICO 15 – PÓS-TESTE. O USO OU NÃO DE CAMISINHA NA RELAÇÃO SEXUAL.....	76

GRÁFICO 16 – PÓS-TESTE: COM QUEM GOSTA DE DIALOGAR SOBRE O ASSUNTO
SEXUALIDADE?.....77

GRÁFICO 17 – PÓS-TESTE SOBRE QUAL O PROFESSOR É RESPONSÁVEL POR
INFORMAR SOBRE A GRAVIDEZ E IST NA ESCOLA.....78

LISTA DE SIGLAS

AIDS	SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (<i>ACQUIRED IMMUNODEFICIENCY SYNDROME</i>).
BNCC	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.
CFB	CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.
CIEM-HV	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO MUNICIPAL HENRIQUE VIEIRA DE MELO.
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.
CONSED	CONSELHO MUNICIPAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO.
DCN	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.
DST	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS – DECRETO Nº 8.901/2016 ALTEROU O TERMO DST POR IST.
E.V.A.	ETIL VINIL ACETATO.
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.
FNCE	FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO.
HIV	VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (<i>HUMAN IMMUNODEFICIENCY VIRUS</i>).
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
IST	INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS.
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.
MCTIC	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
MMFDH	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PCN	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.
PPC	PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.
PSE	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA.

SBP	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA.
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.
TCM	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE MESTRADO.
TDIC	TECNOLOGIA DIGITAL DA INFORMÁTICA E DA COMUNICAÇÃO.
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
UNAIDS	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMBATE DA AIDS.
UNCME	UNIÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.
UNDIME	UNIÃO NACIONAL DOS DIREITOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	OBJETIVOS.....	18
3.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1.	EDUCAÇÃO SEXUAL.....	19
3.2.	ORIGENS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	22
3.3.	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA....	30
3.4.	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	33
3.5.	INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS.....	36
3.6.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO SEXUAL.....	37
3.7.	AS TIC NO CONTEXTO ESCOLAR: O USO DO <i>BLOG</i> COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL.....	40
3.8.	METODOLOGIAS ATIVAS: O ENSINO DE BIOLOGIA POR INVESTIGAÇÃO.....	44
4.	MATERIAL E MÉTODOS.....	48
4.1.	LOCAL DE ESTUDO.....	48
4.2.	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	49
4.3.	CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO, RISCOS DA PESQUISA.....	50
5.	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	52
5.1.	ANÁLISE DO PRÉ-TESTE.....	52
5.2.	SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE PREVENÇÃO A GRAVIDEZ E A IST.....	63
5.3.	OFICINAS PARA A CONSTRUÇÃO DO <i>BLOG</i>	69
5.4.	SELEÇÃO E ANÁLISE DOS TEXTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO <i>BLOG</i> EDUCACIONAL.....	71
5.5.	ANÁLISE DO <i>BLOG</i> E PÓS-TESTE.....	74
	CONCLUSÃO.....	79
	REFERÊNCIA.....	80
	APÊNDICE.....	87
	ANEXO.....	100

INTRODUÇÃO

A educação sexual no Brasil ainda é cercada por tabus, por isso não é fácil discuti-la, principalmente no atual momento. O Brasil é um país de dimensões continentais e de muitas diversidades cultural, política e religiosa que interferem diretamente no desenvolvimento de temáticas com o a educação sexual.

Observa-se na década atual uma onda crescente do movimento conservador¹ no Brasil, em diversos setores sociais, desde o religioso até o político, o qual interfere diretamente nas políticas sociais e na discussão sobre o ensino da sexualidade no Brasil. O congresso brasileiro vem, por exemplo, se mostrado extremamente conservador e se posicionando de maneira tradicional em relação a questões como legalização do aborto, pena de morte, casamento entre pessoas do mesmo sexo, redução da maioridade penal, discussões sobre gênero e educação sexual na escola.

Em 2012, diante das discussões sobre o Plano Nacional da Educação, a ala conservadora atacou veementemente a educação sexual na escola, identificando-a como um processo que instigava o sexo precoce e irresponsável, além de fazer apologia à homossexualidade. Em 2018 chegou-se ao ápice do conservadorismo no Brasil, com as eleições daquele ano. O cenário do congresso e do governo apontava uma tendência ainda maior do movimento conservador no país. Já no início de 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH - instituiu uma política de educação sexual voltada para abstenção sexual, visando diminuir os índices de gravidez na adolescência.

Diante disso, esse trabalho enxerga a educação sexual na escola em uma perspectiva emancipatória, propondo que adolescentes e adultos possam debater sobre o seu desenvolvimento e relacionando a sexualidade e as suas vivências com responsabilidade, de forma a refletir sobre questões atuais como a gravidez precoce na adolescência e a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis – IST.

A proposta foi o compartilhamento de vivências entre os educandos, de maneira que os mais velhos transmitissem conhecimentos e relatos de vivências aos mais jovens. Compreendeu-se o papel do professor além do caráter informativo e meramente biológico, se estendendo a ajudar os estudantes a vivenciarem e a construírem uma visão da educação sexual, sem preconceitos, de modo que ela fosse vivenciada sem culpa ou vergonha, dando

¹Segundo Silva (2010) o pensamento conservador é identificado como um modelo de rejeição ao novo e o apelo as mudanças. Na ciência política, identifica-se o conservadorismo como se contrapondo às forças inovadoras, ou seja, se opondo as ideias progressistas.

oportunidade para que os alunos pudessem construir seus posicionamentos em conjunto com aqueles que ele convive na família.

A proposta foi trabalhar a educação sexual como prevenção da gravidez indesejada na adolescência e das IST, por meio de um *blog*, por ser essa uma ferramenta a qual permite que o conteúdo seja disseminado entre os estudantes e a população, trazendo um caráter educacional ao ambiente virtual, hoje tão usado. As TDICs - tecnologias digitais de informação e comunicação - atingiram nas últimas décadas uma grande disseminação, prova disso é que as redes sociais alcançam uma grande parcela da população mundial.

Nesse contexto, jovens e adultos usufruíram mais facilmente do conteúdo do *blog* para se informar e informar seus próximos, além de contribuírem com a propagação da informação, uma vez que puderam comentar em cada conteúdo, trazendo mais informação e fomentando a ideia do discurso.

Dessa forma, esse trabalho foi realizado em turmas do ensino médio da modalidade da educação de jovens e adultos (EJA), na escola Centro Integrado de Ensino Municipal Henrique Vieira de Melo – CIEM-HV, localizada na zona urbana da cidade de São Miguel de Taipu-PB, única escola da cidade que atende esse público. Os educandos trazem consigo um histórico de não frequentarem o ambiente escolar por inúmeras razões, inclusive por gravidez precoce, reprovação e evasão escolar, além de vários alunos pertencerem à faixa etária adolescente. Além disso, vale salientar que muitos deles foram retirados do ensino regular diurno por apresentarem quadros de indisciplina.

A proposta de educação sexual e prevenção aqui descrita visou contribuir para mitigar os casos de gravidez em adolescentes encontrados na cidade, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. A cidade possui hoje um total de 22 adolescentes grávidas, algumas continuam frequentando as escolas. Todas são acompanhadas por agentes de saúde e por enfermeiras da UBS – Unidade Básica de Saúde. A secretaria de saúde não soube informar os casos totais de IST, mas afirmou que o número de portadores do HIV é alto. Além disso, assegurou que, devido à proximidade da capital, muitos vão se tratar diretamente em João Pessoa e que não dão informações aos agentes de saúde certamente por vergonha, uma vez que a cidade é pequena e que todos se conhecem.

O presente estudo fez ainda um apanhado histórico da educação sexual no Brasil, utilizando fontes reconhecidas no processo de formação histórica da educação no país. Ademais, se baseou nas leis educacionais e de saúde para complementar a discussão sobre a temática. Por fim, discutiu-se a interação social que as TDIC têm proposto atualmente no

cenário educacional, bem como o desenvolvimento do ensino por investigação e o caráter informativo científico do ensino de biologia.

Essa proposta de ensino da educação sexual emancipatória vai de encontro ao caráter explícito de divulgação e estímulo à abstinência sexual, por julgar que a mesma não educa e não previne; pelo contrário, o estímulo à abstinência não leva em conta o desenvolvimento social e cultural dos jovens que despertam para a iniciação sexual. Devido ao caráter de abstenção da informação educativa e discussão dos temas sobre sexualidade, os jovens acabam não refletindo sobre o corpo e sua sexualidade na escola e muito menos com a família e acabam por enveredar pelos caminhos do não uso ou uso incorreto dos métodos contraceptivos, estando sujeitos à gravidez precoce e indesejada, além de poder contrair IST.

O desenvolvimento das ações deste trabalho passou pelo uso dos diversos métodos educacionais, desde aulas expositivas, dialogadas e investigativas, até o desenvolvimento de oficinas para a seleção de conteúdo para ser divulgado no *blog*; além do uso dos debates em sala de aula. Todas essas ações propostas tiveram o intuito de fomentar nos jovens e adultos um caráter elucidativo e explicativo dos métodos preventivos, tanto da gravidez precoce como das IST. Por meio dessas ações os alunos compreenderam e sanaram suas dúvidas.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Fomentar o protagonismo e a investigação de alunos da EJA na aprendizagem dos temas gravidez indesejada e IST.

2.2 Objetivos Específicos

- Investigar o conhecimento prévio dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, sobre aspectos relacionados à gravidez indesejada e IST, bem como o conhecimento sobre os métodos contraceptivos e suas eficácias;
- Problematicar e aprofundar conhecimentos associados à gravidez indesejada e IST;
- Oferecer aos alunos da EJA a oportunidade para aprender e usar as tecnologias de informação e comunicação a serem empregados nas estratégias de divulgação, através da construção de um *blog*.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação sexual

Educação sexual é toda ação realizada com a finalidade de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, cuja intenção é a discussão sobre valores, saúde sexual, emoções e atitudes. Goldberg (1988, p. 11) considera a Educação Sexual um “processo permanente de participação em lutas pela transformação dos padrões de relacionamento sexual”, considerando que é preciso o engajamento ativo que fomente o indivíduo a educar-se sob o ponto de vista da sexualidade.

A autora afirma ainda que a

Educação Sexual só poderá contribuir realmente para a mudança dos padrões de relacionamento sexual se for uma prática de:

1º *Autonomia*, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência de que cada um pode e deve fazer *escolhas pessoais e responder por elas*.

2º Participação de lutas coletivas, ou seja, um processo de *cooperação e conflito*, antes que um exercício de individualismo e cordialidade. Nenhuma transformação significativa na área da sexualidade humana poderá ser conseguida, senão através de *luta solidariamente assumida*.

3º Denúncia e produção de alternativas concretas. A transformação pressupõe a *crítica do presente* à luz do passado – mas exige também a criação do futuro. Nesse sentido, o fundamental não é *contemplar a realidade*, mas sim *agir* sobre ela (GOLDBERG, 1988, p.11).

Figueró (2010), por sua vez, defende a educação sexual emancipatória, cuja sustentação baseia-se na orientação do resgate do gênero e do erótico na vida das pessoas, determinando ainda que o entendimento de gênero deve ser pautado no enfoque sócio-histórico-cultural. Segundo a autora, “as características psicossociais do masculino e do feminino são consideradas mais frutos de condições sociais que biológicas” (FIGUERÓ, 2010, p. 129). Para ela, o resgate do erótico implica encarar a sexualidade como algo bonito e bom, lutando por eliminar a visão de que seja algo “sujo, feio e vergonhoso, assim como a visão de que é um assunto do qual não se deve falar” (FIGUERÓ, 2010, p. 129).

Na verdade toda vez que o futuro seja considerado como um pré-dado, ora porque seja a pura repetição mecânica do presente (...), ora porque seja o que teria de ser, não há lugar para a utopia, portanto para o sonho, para a opção, para a decisão, para a espera na luta... Não há lugar para a educação. Só para o adestramento (FREIRE, 2009, p. 92).

Segundo Almeida e Luz (2014), falar sobre educação sexual remete ao ambiente escolar, espaço no qual se fazem presentes diversas perspectivas educacionais e pedagógicas. É no ambiente formal que se deve impulsionar o ensino da educação sexual dialógica, de forma que os alunos participem, discutam e compartilhem informações, questionamentos e dúvidas. Portanto, antes da educação sexual, é preciso discutir a educação emancipatória, a fim de que se possa construir uma aprendizagem significativa, discursiva e crítica, para que o estudante não continue sendo um produto social, manipulado pelas ações ultraconservadoras que pregam o capitalismo, o patriarcado e a tendência heteronormativa.

Para Saviani (1999, apud BOMFIM; 2012, p. 31), “toda prática educativa contém inevitavelmente uma prática política”.

Pode-se dizer que educar significa estabelecer uma posição política e, assim, ter como objetivo principal a manutenção ou a mudança da estrutura do poder. Ou seja, a forma como tratamos do tema pode contribuir para a repressão, para a emancipação ou mesmo para a consolidação da visão mercantilista da sexualidade (BOMFIM, 2012, p. 31).

Para a autora, a educação sexual emancipatória deve partir do ideal de que educação pressupõe relação humana, diálogo, troca, valores, a fim de que haja compreensão e vivência cotidiana de valores tão contraditórios como limite e liberdade. A partir dessa análise, se pergunta: Quais são os exemplos e a metodologia empregada pela escola e pela família sobre educação sexual para a vivência das futuras gerações?

Bomfim (2012, p. 33) assegura que “a educação sexual é um processo educativo que possibilita a formação de valores e atitudes referentes à forma como vivemos nossa sexualidade”. Diante de tal argumento, a educação sexual desejada não se resume a um contexto biológico, higienista ou baseado em prescrições médicas, focado em palestras sobre prevenção e distribuição de preservativos, por exemplo. E, embora essas ações sejam necessárias e importantes para a prevenção, a educação que se almeja é aquela que constrói na sociedade relações de igualdades de direito e respeito, além de deveres.

Educação sexual não envolve apenas a biologia, mas a psicologia, a filosofia, a história, a sociedade, a afetividade, a ética. A questão não é meramente informar, mas conscientizar, orientar, rasgar fissuras de luz no fundo da caverna, oferecer espaços de diálogo e reflexão que possibilitem aos nossos adolescentes construir sua própria identidade ética e estética, no sentido filosófico dessas palavras, sem necessariamente perpetuar a educação moral de seus pais. Que eles possam criar possibilidades de libertar-se das amarras sociais e encontrar o equilíbrio para uma vivência qualitativa e emancipatória de sua sexualidade (BOMFIM, 2012, p. 34).

Diante do pressuposto, entende-se que a educação sexual é natural e deve ocorrer de forma sistemática, bem como proporcionar ao educando o conhecimento necessário para suas relações cotidianas. Além disso, se bem ministrada e de maneira crítica, favorece significativamente para a formação da consciência crítica, superando a visão social reducionista e cultural hegemônica da sexualidade.

Uma educação que pretende adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. Quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica ou comercial, tanto são objetos de massas (FREIRE, 2015. p.32).

De acordo com Bomfim (2012), a visão da sociedade é envolvida em preconceitos arraigados em uma moral sexual patriarcal, dogmática e quase sempre repressiva. Nunes (2002, p. 67), defende, por exemplo, que a educação sexual emancipatória exige de todos “um reexame crítico da própria sexualidade, com base em núcleos fundamentais de escuta e ressonância” sem que se provoquem de grosso modo um, conforme a autora, “reduccionismo modista ou catártico”.

Nesse contexto, é evidente que a escola precisa incluir a temática da sexualidade em seu projeto pedagógico de curso (PPC). Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - essa inserção habilitará a escola “a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade” (BRASIL, 1999, p. 297).

Assim, por meio do tema transversal “orientação sexual”, os professores podem promover o esclarecimento de dúvidas cotidianas dos alunos. As crianças e os jovens estão sofrendo constantes influências do cenário social, da mídia e torna-se necessário o papel do professor em sala de aula, na educação e orientação no aprender relacionado à educação sexual (BRASIL, 1999).

Ao tratar do tema Orientação Sexual (...). Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1999 p. 287).

Para Maia (2018), a educação sexual tem fundamental importância principalmente na infância. Através dela, segundo a autora, desenvolvem-se “adolescentes e adultos saudáveis e menos ansiosos sobre as questões do corpo e também para prevenir situações de abuso

sexual” (MAIA, 2018, p. 7). Entende-se que é tarefa do professor desde os anos iniciais até o término do ensino básico a tarefa de discutir e aprofundar essa temática em sala de aula.

Crianças bem informadas tendem a perceber e se proteger mais da violência. Além disso, tende a não reproduzir comportamentos de discriminação e violência, sofrer com a necessidade de corresponder aos padrões estéticos etc. Uma educação sexual sólida e respeitosa na infância ajuda os adolescentes a lidarem melhor com seus corpos e dúvidas, promove a emancipação de adultos e idosos que poderão vivenciar plenamente sua sexualidade e assumir o relevante papel como educadores sexuais (MAIA, 2018, p.7).

É dentro dessa perspectiva que se avalia a escola como o local propício para ensinar às crianças e adolescentes sobre a educação sexual, por meio da educação formal, longe dos vícios propagados de forma inadequada, muitas vezes de forma bem acessível na internet ou em outros veículos midiáticos. Para Holanda et al. (2018), é nesse contexto que se compreende a escola como foco de atenção à promoção da saúde da criança e do adolescente.

A escola como uma instituição social pode ser percebida de caráter (trans)formador. Durkheim (1975), ao tratar da educação, no contexto do início do século XIX, atribui um papel importante a ela e evidencia o caráter transformador que a escola adquire na sociedade (ALMEIDA, LUZ, 2014, p. 38).

Segundo Almeida e Luz (2014), mesmo sendo um tema conflituoso, é necessário que a educação sexual seja abordada no cotidiano escolar e que se respondam as perguntas dos alunos a esse respeito, especialmente os questionamentos sobre regras de comportamento, namoro, cuidados com o corpo, etc. Além disso, as autoras ainda defendem que os temas com maior relevância em abordagem pelos docentes são “em primeiro lugar, a gravidez na adolescência; na sequência, a prevenção das IST, HIV/AIDS” (ALMEIDA, LUZ, 2014, p. 131).

3.2 Origens da educação sexual no Brasil

Os estudos de Nunes (2002) revelam a compreensão de que sexualidade ocidental é dividida em cinco etapas: (i) a compreensão mítica, semidivinizada, das sociedades agrárias no Oriente Médio; (ii) o advento das civilizações urbanas do mundo antigo; (iii) a civilização cristã; (iv) a transformação do mundo medieval com o advento da sociedade capitalista; e (v) a perda da hegemonia europeia sobre o mundo (a sociedade de consumo).

Segundo o autor, a primeira etapa se refere às sociedades agrárias do Oriente Médio (9000 a.C.), onde existia o cultivo à Deusa-Mãe, com veneração das partes sexuais femininas. O sexo era visto como elemento sagrado e religioso. Já na segunda etapa, por volta de 5.000 a.C., o sexo perdeu seu caráter mítico e passou a ser “racionalizado” e erotizado. Houve mudanças na valorização do gênero, além disso, o homem passou a usurpar privilégios femininos, e a figura feminina foi redistribuída a uma condição subalterna e passiva.

A terceira etapa, por sua vez, ocorreu a partir do século V da era cristã, com a queda do Império Romano. Nesse período, houve o predomínio de valores espirituais e morais, assim como o estímulo ao medo das condenações que provocaram um novo comportamento sexual. O sexo já não era visto como lírico, mas como demoníaco. “O celibato, portanto, afirmou-se como ideal de perfeição e a expressão sexual se vinculou à procriação” (QUIRINO, 2014, p. 15).

A quarta etapa refere-se à transformação do mundo medieval com a emergência do capitalismo. Nesse período, a energia sexual foi canalizada para o trabalho. Por fim, a última etapa está associada à perda do espírito erótico pela sociedade de consumo. Nessa etapa, Nunes (2002) justifica que houve um afrouxamento das amarras e das proibições a partir do século XIX. O sexo tornou-se, assim, banalizado.

Cabe aqui considerar que Werebe (1981 apud FIGUERÓ; 2010, p.92), veem que a “educação sexual existe sempre, na família, na escola e na sociedade em geral, independente de intervenções pedagógicas deliberadas”. Além disso, a autora reconhece que desde o período colonial, com a chegada dos jesuítas ao Brasil no século XIX, com os primeiros internatos, “crianças e jovens receberam, justamente com todo o processo de disciplinarização, educação sexual informal, porém, negativa e castradora” (COSTA, 1983; VAINFRAS, 1989, apud FIGUERÓ, 2010, p. 92).

Analisa-se, dessa forma, que a educação sexual no Brasil teve como princípios sobre sexualidade os ideais cristãos, e a educação sexual era feita em casa, pelos pais, sempre apoiados nos dogmas religiosos, na castidade e no puritanismo, de forma que os desvios de condutas eram denominados de pecado e considerados imorais. Esses princípios eram reforçados na igreja, nos internatos, onde todos os desejos eram reprimidos e condenados aos mais variados tipos de castigo.

Se considerarmos que a educação sexual abrange toda educação recebida pelo indivíduo desde o nascimento referente à aquisição de concepções, valores e normas sexuais, inicialmente na família, posteriormente na comunidade, com seu grupo social e religioso; e que esta educação sexual é contínua, indiscriminada e decorrente dos processos culturais, influenciando a manifestação de comportamentos e atitudes

sexuais, podemos dizer que desde a Colônia havia uma educação sexual no Brasil... De lá até nossos dias temos quinhentos anos de história, mas a história da educação sexual carece de estudos que resgatem sua especificidade, abrangência e importância (RIBEIRO; BEDIN, 2013, p. 155 apud GODOY, 2018, p. 272).

O comportamento a sociedade brasileira colonial é descrito assim:

Durante os séculos XVI e XVII, a sexualidade no Brasil manifestava-se de forma ambivalente. De um lado, a ótica masculina de liberdade para si e contenção para a mulher – a sua mulher, já que a mulher dos outros poderia ser sempre objeto de sua conquista. De outro, sob a ótica da mulher, três situações distintas: a branca, ainda em pequeno número, pronta para correr riscos para não deixar murchar seu desejo sexual pulsante e transgressor; a índia, sexualmente livre e pronta para amar incontestemente o admirado branco; e a negra, oprimida e escrava, porém igualmente erótica e sensual. A Colônia dos séculos XVI e XVII era altamente erótica e nela as práticas sexuais se manifestavam das mais variadas formas, não obstante as diferenças de etnia e cultura que aqui encontramos (RIBEIRO; BEDIN, 2013, p. 161 apud GODOY, 2018, p. 275).

É importante destacar que infelizmente a ideia de uma educação sexual informal e negativa persiste na sociedade brasileira até os dias atuais, e o sexo é visto como algo sujo e vergonhoso. Assim, falar sobre o tema em sala de aula é cercado de inúmeros tabus e preconceitos. E, apesar dos inúmeros avanços, a discussão em sala de aula sobre o tema ainda é segregada e sempre mal vista pela sociedade contemporânea brasileira já que guarda um olhar conservador.

De acordo com de Figueró (2010), as pesquisas sobre educação sexual no Brasil só iniciaram no início do século XX. Segundo a autora, é a partir desse período que há registros formais sobre o assunto. Já para Quirino (2014), é diante desse cenário que a educação sexual passa a ser discutida no Brasil, e o contexto ainda era voltado para a sexualidade de forma individual, em silêncio e com culpa.

Nesse contexto, Figueró (2010), Quirino (2014) e Godoy (2018) apontam que o desenvolvimento da educação sexual na escola se deu de maneira sanitarista, em um momento em que as infecções sexualmente transmissíveis (IST) se proliferavam, principalmente a sífilis, culminando em um problema de saúde pública. Nesse período, não só médicos, como também educadores, participaram da defesa da educação sexual na escola, motivados, porém, pelo interesse de aumentar o conhecimento das mulheres no assunto sobre as IST bem como melhorar sua saúde.

[...] médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie (BRUSCHINI; BARROSO, 1986, p.32, apud FIGUERÓ, 2010, p. 94).

Quirino (2014) aponta ainda que os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema foram desenvolvidos no século XX, mais precisamente na década de 30, porém, eles eram ainda voltados para o “investimento moral e higiênico”. Segundo Figueró (2010), o maior número de produções em trabalhos acadêmicos diretamente sobre o tema foi registrado na década de 1960. A autora aponta também que foi nesse período que alguns colégios católicos passaram a desenvolver programas de educação sexual, além de haver um número maior de experiências sobre o tema, já que o interesse pelo conteúdo aumentava nas classes mais esclarecidas da sociedade.

Nos anos 1960, portanto, podemos considerar que já existe uma mentalidade favorável à educação sexual emergido no período entre guerras e forjado pelos pioneiros sexólogos, que possibilitou as primeiras experiências efetivas de educação sexual nas escolas brasileiras. São mencionadas as seguintes escolas: Colégios Pedro de Alcântara, André Maurois, Infante Dom Henrique e Orlando Rouças, no Rio de Janeiro; o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, os Ginásios Vocacionais e o Ginásio Estadual Pluricurricular e Experimental, em São Paulo; o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte (BEDIN, 2016. p. 31 apud GODOY, 2018 p. 277).

Na década de 1970, foi instituído o Programa de Saúde, por meio da Lei nº 5.692/71, que tinha como objetivo instruir crianças e adolescentes a adquirirem bons hábitos de higiene pessoal e de saúde. Durante o regime militar, muitas políticas sobre educação sexual foram abandonadas. Segundo Figueró (2010), não havia nenhuma lei proibitiva contra a educação sexual e a interdição era difusa, já que o assunto era tabu, existia, mas não se falava sobre ele.

Ainda, segundo a autora, no fim de 1978, a educação sexual foi reintroduzida na escola. Tratou-se de um projeto em escolas da rede municipal de São Paulo que foi iniciado e desenvolvido em cinco anos, com caráter preventivo e que visava ao ajustamento sexual dos alunos; foi um trabalho desenvolvido por educadores de Ciências, nas turmas da 5ª série do 1º grau (atualmente 6º ano do ensino Fundamental).

Felizmente, em 1978, o espaço para a Educação Sexual no Brasil é reconquistado; porém, a abertura não se deu de maneira homogênea e acontecimentos repressivos ainda continuaram acontecendo, inclusive na década de 1980, apesar do abrandamento geral da censura oficial e oficiosa no final dos anos 1970 (FIGUERÓ, 2010, p. 102).

O projeto foi extinto oficialmente em 1982 pela Secretaria de Saúde de São Paulo. Na época, a secretaria pediu que o projeto fosse cancelado por não considerar a educação sexual uma questão prioritária naquele momento, mesmo diante do já crescente número de infecção sexual, transmitida pelo HIV.

Na opinião dela, as dificuldades para se realizar a orientação sexual nas escolas eram inúmeras e a tarefa mais importante seria propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento. Aqui é possível ver novamente emergindo a questão da prioridade como um obstáculo à implantação da Educação Sexual (FIGUERÓ, 2010, p. 105).

Segundo Quirino (2014), com o fim do regime militar ocorreram mudanças significativas no cenário educacional brasileiro. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – lei 9.394/96) não contemplou a educação sexual, preenchida apenas em 1997, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apresentando a discussão por meio dos Temas Transversais. Para o autor, a grande preocupação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em incluir o tópico “orientação sexual” dentro dos temas transversais se deu por causa da epidemia da AIDS.

Em 2009, foi criado o Programa Saúde na Escola (PSE), um programa interministerial proposto pelo Ministério da Saúde e pelo MEC. Segundo Salvador e Silva (2020), o programa tratou-se de uma iniciativa de política integradora, cujas ações baseavam-se na promoção de saúde na escola, a fim de que as ações de saúde e de educação se tornassem uma realidade em todas as esferas públicas.

Segundo Molina, Figueró e Santos (2020), desde a década de 1990, a formação de professores em educação sexual vem sendo ampliada e sua aceitação, tanto na família quanto na escola, cresce satisfatoriamente. Contudo, em 2012, surgiram as discussões sobre o Plano Nacional da Educação (PNE) e a educação sexual passou a ser atacada pela bancada conservadora do congresso brasileiro. Semis (2017) assegura, por exemplo, que as ações contrárias à educação sexual ficaram evidentes ainda em 2011 quando o projeto Escola sem Homofobia do MEC, que preparava materiais para orientar professores sobre essa questão, foi duramente atacado por deputados ligados a entidades religiosas, apelidado pejorativamente o material produzido de “*kit gay*”.

A atual conjuntura é marcada por fortes embates políticos e ideológicos. O contraste de ideias entre os setores mais conservadores e pessoas ligadas a movimentos sociais leva a extensas discussões sobre os melhores caminhos a seguir em relação às normas de diversos âmbitos da sociedade, e no que se refere a educação não é diferente (AZEVEDO, PAIVA, COSTA, 2020, p.2).

O PNE foi aprovado em 2014 e ficará em vigor até 2024. Nele frases como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foram substituídas por “erradicação de todas as formas de discriminação” (SEMIS, 2020). Aqui se percebe que discutir a educação sexual na escola vai contra o que preconiza parte da sociedade brasileira e isso foi sentido no debate do projeto no

congresso brasileiro, onde a denominada ala conservadora, composta principalmente pelas “bancadas da bala” e “evangélicos”, ditaram o ritmo de aprovação da lei e modificaram por diversas vezes o texto original.

As discussões sobre educação sexual se prolongaram e, em 2017, foi a vez da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sofrer alterações. O MEC entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) o projeto finalizado com algumas modificações. Foram retiradas do texto original os termos “gênero” e “orientação sexual” (SEMIS, 2020).

Diante disso, entende-se que o Brasil é atualmente um país que retrocede na proposta de educação sexual na escola. Afinal, existe, por parte do governo, uma política de silenciamento e de combate das ações que se destinam a dirigir esforço para educação sexual, através de um moralismo ideológico e político-religioso. Segundo Molina, Figueró e Santos (2020), por exemplo, em nenhum momento a educação sexual visa estimular o sexo precoce, quantitativo e/ou promíscuo, mas propor o diálogo e a orientação dos educandos, tornando-os sujeitos da sua sexualidade.

Em janeiro de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou a campanha: “Adolescência primeiro, gravidez depois - tudo tem seu tempo”, instituída como a nova Campanha Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência. O projeto será desenvolvido em parceria com o MEC e, segundo informações presentes no site do MMFDH, a proposta tem o objetivo de reduzir os altos índices de gravidez na adolescência que, no Brasil, estão 50% acima da média mundial. O programa incentiva que os adolescentes pratiquem a abstinência sexual até o casamento.

Borges (2020) se posiciona a respeito e defende que o programa é alvo de inúmeras críticas, porque o MMFDH admitiu que trabalha com a indicação da abstinência como uma política pública de prevenção. Assim, excluíram-se políticas de divulgação dos métodos contraceptivos, práticas necessárias, mas não consideradas no projeto.

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Ott e Santelli (2020) sobre abstinência e educação apenas para abstinência revelou que 77% dos entrevistados tiveram relações sexuais antes do casamento. Os autores afirmam que o início da relação sexual coloca as adolescentes em risco de gravidez indesejada e de infecção sexualmente transmissível.

Os autores supracitados defendem ainda que o governo norte-americano pregava uma política de orientação da abstinência sexual antes do casamento, e a orientação federal exigia que todos os programas seguissem uma definição de educação apenas para abstinência e proibia os programas de disseminar informações sobre serviços contraceptivos, orientação sexual e identidade de gênero, além de outros aspectos. No entanto, cabe destacar que uma

avaliação do governo federal em 2007 sobre o programa de apenas orientar a abstinência demonstrou-se ineficaz.

Autorizados pelo Congresso dos EUA, e usando um rigoroso estudo randomizado controlado, os investigadores examinaram o impacto sobre os comportamentos sexuais entre 2057 adolescentes quatro anos após a participação em um dos quatro programas cuidadosamente selecionados e implementados apenas com abstinência do Título V ou um controle padrão da comunidade. O relatório não descreve diferenças na abstinência sexual ou no uso de preservativo entre o grupo de programas somente de abstinência e o grupo de controle. Uma descoberta significativa foi preocupante: os jovens do grupo de programas tiveram uma probabilidade significativamente menor de relatar que os preservativos eram eficazes na prevenção do HIV e outras DSTs. Esse achado é consistente com a ênfase nos currículos da AOE no ensino sobre as taxas de reprovação dos preservativos, conforme exigido pela orientação federal (OTT, SANTELLI, 2020, p. 2).

Nesse contexto, Molina, Figueró e Santos (2020), afirmam que ideias distorcidas podem levar a um não entendimento por parte da família sobre a educação sexual. Contudo, asseguram que um trabalho intencional, feito por professores preparados, só vem a somar com a família.

O governo federal tem planos de implantar um programa de abstinência sexual, visando diminuir os índices de gravidez na adolescência. Este não será um caminho frutífero, pois comprometerá a aquisição de todo um conjunto de conhecimentos que o adolescente precisa para viver a sexualidade com segurança e responsabilidade. Esse programa desacredita na capacidade de o adolescente pensar e institui o professor como autoridade que dita o certo e o errado e impõe um estilo de vida (MOLINA, FIGUERÓ, SANTOS, 2020, p.4).

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) lançou nota posicionando-se contrária à campanha do MMFDH, afirmando que a medida não contribui de forma genérica para diminuição da gravidez na adolescência. A SBP enfatiza o acesso à educação e à informação, associados à disponibilidade de serviços de saúde qualificados. Afirma ainda que a educação para prevenção é o mecanismo comprovadamente eficaz para lidar com a prevenção da gravidez na adolescência.

A questão prevenção da gravidez em adolescentes é de suma importância e carece de maiores esclarecimentos e informações sobretudo para serem repassados aos pais e aos próprios adolescentes. A adolescência é uma fase extremamente importante para o exercício da autoestima e do autocuidado com responsabilidade e orientação adequada para o amadurecimento dos indivíduos (SBP, 2020, p. 1).

Para confirmar suas ideias e firmar-se contra o referido projeto, a SBP cita o exemplo de programas aplicados nos Estados Unidos voltados a esse tipo de ideal, além de fazer duras críticas pelo alto custo e baixa eficácia.

Fomentar a abstinência e a retardação do início da vida sexual certamente conduzirá ao aumento do número de casamentos prematuros e precipitados, cujas consequências todos conseguem prever. Só quem entende o significado do sexo na vida e no bem-estar físico e mental das pessoas bem informadas e preparadas para escolhas conscientes é que consegue não ver o sexo como um problema a ser combatido, como uma experiência de vida a ser evitada (MOLINA, FIGUERÓ, SANTOS, 2020, p.5).

O projeto do MMFDH se baseia em um estudo realizado por um grupo de pesquisadores do Chile em 2005, que testou o programa de educação sexual *TeenStar*, focado em abstinência, em uma escola só para meninas.

Segundo Fávero (2020), o teste foi realizado com 1.259 alunas de turmas iniciais do ensino médio. As alunas foram divididas em grupos de tratamento: aquelas que receberam o curso e aquelas do grupo de controle, as quais não receberam o curso. As alunas foram acompanhadas nos quatro anos que seguiram ao curso. A conclusão foi que aquelas alunas expostas ao programa engravidaram com frequência de até cinco vezes menor.

Derosa (2020) identifica que a eficácia do método está descrita na pesquisa de Vigil et al. (2005), em que se verificou que muitos jovens que já tinham iniciado a vida sexual resolveram parar de ter relações após terem passado por programas de educação sexual.

Nesse contexto, Fávero (2020) tece duras críticas ao projeto do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e identifica que decisões de políticas públicas costumam se basear no conjunto de produção científica não em apenas um estudo isolado. O programa realizado no Chile apresenta um contexto totalmente diferente do Brasileiro, já que se observa que mesmo no grupo de controle não há educação sexual, portanto não ocorreu orientação alguma das alunas.

Fávero (2020) ainda apresenta dados preocupantes sobre a gravidez precoce no Brasil que é 30% maior do que o valor no restante do mundo. O autor afirma também que 59 em cada mil mulheres brasileiras entre 15 e 19 anos têm filho ou estão grávidas. A média mundial é de 42 e, em países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a taxa é de 20 para cada mil mulheres.

Pode-se, dessa forma, analisar que a educação sexual no Brasil ainda esbarra em um grande desafio, já que a sociedade ainda apresenta um estilo conservador e preconceituoso.

Deve-se, pois, vencer esses e outros desafios para a implantação de uma educação sexual emancipatória e crítica e que contribua positivamente na evolução social.

3.3 A legislação brasileira sobre educação sexual na escola.

A partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira (CFB) em 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), em cujos ideais estão a promoção, a prevenção e a recuperação da saúde no país (BRASIL, 2016).

A promoção da saúde se faz por meio da educação, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável. Está estreitamente vinculada, portanto, à eficácia da sociedade em garantir a implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e ao desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente a realidade e promover a transformação positiva dos fatores determinantes da condição de saúde (BRASIL, 1999, p. 67).

A promoção da saúde, principalmente a saúde sexual, só ocorre a partir do conhecimento da própria sexualidade e dos riscos que se corre quando ela não praticada de maneira adequada e consciente. Para tanto, a aquisição desse conhecimento só pode ser alcançada por meio de uma prática socioeducativa empregada de maneira construtiva e salutar, principalmente na escola e na família.

A educação brasileira, regida pela LDB - lei 9.394/96 - não faz referência à criação de uma política educativa voltada à orientação ou educação sexual. Portanto, a lacuna sobre o tema permaneceria até 1998 quando foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A partir dos Temas Transversais, a educação sexual foi introduzida na escola por meio do eixo “orientação sexual”.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos. O conjunto de temas aqui proposto — Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo — recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático (BRASIL, 1999, p. 25).

Segundo Quirino (2014), a necessidade de se discutir a educação sexual no espaço escolar por meio dos temas transversais configura uma tentativa de voltar à prática

educacional para a construção de uma realidade social, política e ambiental cidadã. Portanto, a partir da introdução do eixo orientação sexual, a escola se torna um espaço sadio para discussões sobre a sexualidade.

Na leitura do eixo orientação sexual dos PCN, é possível identificar todo o discurso cauteloso com que o MEC trata o tema. Isso demonstra o estilo conservador empregado na sociedade brasileira da época. O ponto interessante é se perceber que a sociedade pouco avançou no tema até os dias atuais.

Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças e jovens. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade (BRASIL, 1999, p. 291).

Em 25 de junho de 2014, o congresso brasileiro aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005, o que constituiu um marco fundamental para as políticas brasileiras (BRASIL, 2015). Composto por 20 metas, o PNE é um documento de referência para as diretrizes da educação nacional. Tem como base o Art. 214 da Constituição Federal Brasileira e, segundo Azevedo, Paiva e Costa, (2020), foi construído a partir de discussões e apoio de diversos órgãos ligados à educação, a exemplo, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O PNE traça metas decenais de 2014 a 2024 para a educação brasileira, regulamentado pela LDB/96, que impõe a elaboração de metas a serem cumpridas pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Cabe destacar que, desde o início da proposta do PNE, houve várias discussões para retirada de termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” do projeto original.

Apesar disso, recentemente, se voltou a observar essas discussões sobre educação sexual com a promulgação da Base Nacional Comum curricular (BNCC), em 2017 (BRASIL, 2019). Esse documento se apresenta como sucessor dos PCN, cuja preparação e conclusão foram cercadas de inúmeras discussões. Sevilla e Seffner (2017) apontam que polêmicas e

disputas, principalmente pela ala conservadora da sociedade, resultaram em um documento em que as ciências humanas são pouco valorizadas e conteúdos ligados à diversidade sexual e de gênero foram retirados do documento.

Esses grupos articulam discursos conservadores de diversas ordens vinculados a questões morais e religiosas, defendem uma posição política em relação à função do Estado e da escola, restringindo estas instituições, defendendo liberdades individuais e os direitos e a liberdade da família em educar os seus filhos. Desta forma, acreditam que a escola não deve abordar temas como política, religião, gênero e sexualidade, que professores em sua maioria são “doutrinadores” e não são educadores, pois deveriam apenas se restringir a ensinar conteúdos técnicos. Tais concepções tomam os jovens como meras tábulas rasas, sem opinião e reflexão. Baseados nisso, defendem a proibição de professores e da escola de trabalhar estas temáticas, previstas nos parâmetros curriculares nacionais, que, como vimos, são caras não só aos movimentos sociais, como também aos próprios princípios democráticos, ferindo a autonomia pedagógica e atingindo a promoção da cidadania e a construção de uma escola plural, onde todos e todas devem ser respeitados, independentemente de sua origem, cor, etnia/raça, gênero, classe, identidade, orientação sexual, pertencimento religioso, etc. (SEVILLA e SEFFNER, 2017.p. 4-5).

A BNCC é um documento de caráter normativo, essencial ao desenvolvimento do aluno, está em conformidade com o PNE e assegura direitos de aprendizagem e de desenvolvimento a partir de competências e habilidades. Ao todo são 10 competências, mas nenhuma delas faz menção ou referência à discussão da educação sexual em sala de aula, o que comprova o caráter conservador do congresso brasileiro naquele momento e que a educação sexual ainda é um tabu a ser derrubado, tanto na escola quanto na família.

Na competência 8, por exemplo, descrita como “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2019, p. 10) remete-se ao processo de saúde física e mental, porém não se contempla a saúde sexual, justamente por que não é um tema aceito para discussões comumente feitas em sociedade.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2019, p. 7).

Diante disso, percebe-se que as leis educacionais que regem o país ainda não estão preparadas para abordar o tema da educação sexual. Da mesma forma, a sociedade brasileira necessita de mais informações sobre a temática, uma vez que setores conservadores, arcaicos

e paternalistas dominam as informações e determinam o rumo da política nacional e tudo isso dificulta a inserção na escola de temas tão importantes para a formação do indivíduo.

3.4 Gravidez na Adolescência

De acordo com Diniz (2010), a gestação ou gravidez na adolescência tem sido considerada um importante assunto de saúde pública e isso ocorre em virtude da prevalência desse fenômeno no mundo. Para a autora, a gravidez na adolescência só foi reconhecida como epidemia no Brasil em 1970, quando as taxas de fecundidade nessa faixa etária já começavam a cair nos Estados Unidos e em outros países, enquanto no Brasil os índices ainda apresentavam um notável crescimento.

Cunha e Santos (2018) também se posicionam a respeito e confirmam a afirmação de que nem sempre gravidez na adolescência foi caso de saúde pública. Para elas, no Brasil, os estudos sobre gravidez na adolescência só ganharam visibilidade e alerta quando se observou ao longo da década de 90 que os percentuais de gravidez em mulheres abaixo de 20 anos passaram de 16,38% em 1991, para 21,34% em 2000. Além disso, ressaltam ainda que a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública, por ser caracterizado pela falta de educação sexual, planejamento familiar e pelo uso errôneo de métodos contraceptivos.

A preocupação com a gravidez na adolescência vem de longa data, mas a questão da repetição das gestações nesta faixa de idade não recebeu, por muito tempo, a mesma atenção. Assim, são ainda escassos os trabalhos sobre reincidência de gravidez na adolescência, o que dificulta, inclusive, o conhecimento da sua frequência, com variação entre 25 e 50% na literatura mundial. O empenho em empreender este estudo decorre do fato de que o cuidadoso diagnóstico de situação representa o caminho para orientar intervenções apropriadas capazes de surtir um desejado efeito preventivo (DINIZ, 2010, p. 16).

Costa, Sena e Dias (2011) afirmam, nesse contexto, que a OMS considera a gravidez na adolescência como uma gestação de alto risco devido às repercussões sobre a mãe e sobre o recém-nascido, além de acarretar problemas sociais e biológicos. Já Bomfim (2012) assegura que os adolescentes têm amadurecido mais cedo nos últimos tempos, do ponto de vista biológico e físico, mas emocional e psicologicamente isso não tem ocorrido. Isso demonstra que os adolescentes ainda não estão preparados para enfrentar uma gravidez ou as consequências advindas dela.

A ideia de que a gravidez indesejada é resultante da desinformação sobre os métodos contraceptivos e de que quanto mais precoce é a iniciação sexual, mais vulneráveis à

concepção estarão as adolescentes parece ser um consenso. Da mesma forma, observa-se que quanto maior o grau de escolaridade dos adolescentes que praticam o ato sexual, maiores são as chances de utilização de preservativos tanto na primeira relação quanto nas subsequentes. (TABORDA et al., 2014. p.17)

Segundo Cerqueira-Santo et al. (2010), os dados sobre gravidez na adolescência demonstram um aumento na taxa de fecundidade para essa população quando mulheres adultas, especialmente nos países mais pobres, como é o caso da América Latina.

Para a OMS, a adolescência é o período que todo indivíduo com idade entre 10 a 19 anos de idade passa (CERQUEIRA-SANTO et al., 2010). O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), criado pela lei nº 8069 de 1990, é o código Brasileiro que orienta sobre os direitos da criança e do adolescente; nele a faixa etária entre 12 e 18 anos classifica o indivíduo à adolescência (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, de acordo com Bomfim (2012), as crianças estão se tornando muito cedo adolescentes e com isso:

podem, ao iniciar uma vida sexual ativa, contrair doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo ter uma gravidez indesejada. Portanto, devemos conscientizá-las de que essa decisão exige maturidade e responsabilidade. Uma gravidez indesejada pode interromper sonhos e planos, acarretando traumas para todos (BOMFIM, 2012, p. 100).

Dessa forma, se entende que a gravidez na adolescência é um resultado de um conjunto de fatores estruturais da sociedade. Para Diniz (2010), esses valores são culturais, econômicos e sociais e a gravidez desencadeia uma crise sistêmica caracterizada por um período temporário de desorganização, originando mudanças internas e externas. Além disso, a autora defende que a gravidez na adolescência resulta em uma crise desestruturante para a adolescente, pois pode apresentar uma enorme carga emocional, física e social.

Para a Rede Feminista de Saúde (2004), inúmeros motivos estão relacionados à gravidez na adolescência e, dentre eles, se pode citar: o acaso, a ingenuidade, a submissão, a violência, a dificuldade de obter algum método contraceptivo ou em negociar o uso do preservativo com o parceiro, o forte desejo pela maternidade com expectativas de mudança de *status* social e de obtenção de autonomia, o desejo de estabelecer uma união estável, além de outros fatores de natureza objetiva ou subjetiva. Muitos adolescentes acabam sendo, dessa forma, influenciados por um fator social e de inclusão.

Nessa perspectiva, se pode entender que muitos adolescentes iniciam sua vida sexual precocemente, muitas vezes banalizando o uso de medidas preventivas tanto para a gravidez quanto para a concepção de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST. A ausência de

informação adequada à adolescente pode, assim, comprometer sua saúde e, em casos de gravidez, a do recém-nascido. Silva (2016), por exemplo, aponta que um dos fatores que desencadeiam problemas se refere ao fato de, devido à falta de informação, a adolescente não realizar o pré-natal.

Os riscos da gestação estão associados também ao não acompanhamento do pré-natal como se deve ser durante os nove meses de gestação, essa falta de acompanhamento acarreta problemas no período de gestação. As adolescentes têm que se adaptar nesse momento da gravidez e exercem o papel de filha e ao mesmo tempo o de ser mãe, aumentando mais ainda a sua responsabilidade enquanto filha-mãe (SILVA, 2016, p. 24).

É importante ainda destacar que as meninas adolescentes são as mais prejudicadas com a questão da gravidez na adolescência, por diversos fatores, dentre os quais se destaca a evasão escolar devido à gravidez indesejada. Moreno e Gonçalves (2015) asseguram que por meio de levantamento realizado pelo Movimento Todos pela Educação, em 2013 havia 309 mil adolescentes fora da escola, por causa de gravidez.

Além disso, Silva (2016) afirma que as adolescentes que engravidam são forçadas a deixarem a escola para cuidar dos filhos e, muitas vezes, são levadas a abandonar o ambiente escolar. Isso resulta em consequências negativas na vida destas adolescentes.

De maneira geral, a gestação na adolescência é classificada como de risco, pois representa uma situação de risco biológico (tanto para as mães como para os recém-nascidos), e existem evidências de que este fenômeno ainda repercute negativamente nos índices de evasão escolar (tanto anterior como posterior à gestação), impactando no nível de escolaridade da mãe, diminuindo suas oportunidades futuras (TABORDA et al., 2014, p. 17).

Diante disso, entende-se que as estratégias pedagógicas propostas em sala de aula com referência à educação sexual proporcionam aos alunos, dentre outros elementos, a possibilidade de escolhas, dando-lhes a oportunidade de decidir sobre o que fazer com seus corpos e se é o momento ideal para iniciar sua vida sexual ou para engravidar.

Engravidando precocemente, as jovens terão responsabilidades nunca antes tidas, tanto consigo quanto com o bebê. Quanto aos homens, quando têm a consciência da importância do seu papel na gestação, buscarão emprego a fim de iniciar o sustento da nova família. Em ambos os casos, a evasão escolar é quase que certa. Os estudos de Cabral (2020) afirmam que jovens adolescentes que frequentavam o 2º ciclo (ensino fundamental do 6º ao 9º ano) da EJA e se deparavam com a paternidade deixavam o ambiente escolar para trabalhar.

Essa é uma realidade muito comum, principalmente entre àqueles a quem faltam informações de prevenção e orientação sexual em geral. Por isso, as estratégias pedagógicas devem trazer essa proposta de conhecimento e informação acerca da educação sexual a fim de que se proporcione aos jovens a consciência e o protagonismo do seu futuro.

3.5 Infecções Sexualmente Transmissíveis

Para Silva et al. (2016, p. 429), as IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis - são conceituadas como “infecções disseminadas, principalmente, pelo contato sexual e podem ser causadas por vírus, fungos, protozoários e bactérias”. Essas infecções muitas vezes são assintomáticas, a exemplo do HIV, sigla inglesa de *Human Immunodeficiency Virus*, e podem ocasionar problemas que se estendem desde infertilidade, disfunção sexual, câncer de colo de útero até a morte, em alguns casos, se não tratada.

No Brasil, a verdadeira situação epidemiológica dessas doenças e de suas complicações não são bem conhecidas, devido ao fato da maioria das IST não ser de notificação compulsória, além da escassez de estudos sentinelas e de base populacional (PINTO et al., 2019, p. 2424).

Ainda segundo Silva et al. (2016), no Brasil a preocupação com as IST como problema de saúde pública apenas se iniciou na década de 1980 com a preocupação mundial do HIV/AIDS. De acordo com o autor, a OMS estima que ocorrem entre 10 a 12 milhões de casos novos de IST no país.

O Brasil é considerado um dos países com maiores números de casos de notificações de AIDS, sendo os jovens os mais acometidos. Há, ainda, a tendência para aumento nas taxas de detecção entre a população de 15 a 24 anos. Só em 2012 foram notificados, no país, 39.185 casos da doença, com taxa de incidência de 20,2 casos por 100 mil habitantes. Na região Nordeste, no mesmo ano, foram notificados 7.971 casos, sendo Pernambuco o estado com a maior incidência nesta região, apresentando uma taxa de 20,9 por 100 mil habitantes, superior à média nacional (SILVA et al., 2016, p. 429).

Segundo o Manual de Prevenções à IST (2017) do estado de São Paulo, as campanhas em torno da prevenção às IST/AIDS eram baseadas em 100% de divulgação e estimulação ao uso do preservativo como solução; afinal, utilizá-lo ou não é uma decisão individual. Ainda, segundo o manual, 95% da população brasileira acredita que o preservativo é a melhor opção para a prevenção às IST/AIDS, porém apenas 55% da população sexualmente ativa fez uso desse tipo de insumo nos últimos 12 meses.

É perceptível que essa estimulação apenas ao uso de preservativo não está funcionando, principalmente entre os adolescentes, já que existem inúmeras outras ações que podem ser aplicadas isoladas ou em conjunto com outras estratégias e que podem ter efeitos mais eficazes, tais como as abordagens educativas as quais proporcionam o diálogo em sala de aula. O manual aponta ainda que é viável que os profissionais de saúde da rede estadual abordem estratégias que possibilitem formas diversas de prevenção hoje disponíveis, dando aos indivíduos autonomia na escolha do método preventivo que desejam utilizar.

Além disso, é ressaltado pelo material que se deve enfrentar o preconceito para diminuir a discriminação. Uma vez que, os maiores índices de HIV/AIDS são encontrados entre a população pobre, negra e usuária de drogas e que historicamente são discriminadas em no país. Isso confere ainda uma problemática social que precisa ser enfrentada.

Vale ressaltar que nenhuma ação isolada protege completamente da transmissão do HIV, razão pela qual o UNAIDS defende fortemente a utilização da prevenção combinada, lembrando que todas essas estratégias devem estar ancoradas em um trabalho para redução do estigma e discriminação para seu maior sucesso (MANUAL DE PREVENÇÕES A IST, 2017, p. 34).

Entende-se, assim, que a educação sexual se apresenta como uma das estratégias que o Ministério da Saúde deve traçar para a interrupção da cadeia de transmissão das IST em adolescentes. Segundo Santos e Frota (2018, p. 1), “não basta que o jovem receba informações sobre a iniciação sexual, é necessário que ele as entenda concretamente e seja, dessa forma, capaz de integrá-las a sua visão de mundo”. É, nesse caso, é indiscutível o papel da escola no processo de conhecimento da iniciação sexual do estudante.

A escola pode, conforme afirma Almeida (2008), ampliar as formas de construção de conhecimentos, de forma a incluir nas atividades didáticas informações sobre os contraceptivos, bem como priorizar discussões relativas à sexualidade e reprodução. Afinal, essa concepção de escola, a qual insere temáticas acerca da educação sexual, configura-se como uma necessidade, especialmente a fim de estabelecer elos entre juventude e família, fortalecendo a socialização e a prática metodológica, mas especialmente abrindo caminhos para que essas discussões ganhem visam em outras instituições socializadoras e na sociedade.

3.6 Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação sexual

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é caracterizada por uma ação assistencialista, populista e compensatória, segundo Hamze (2020), ou seja, a EJA é

condicionada a uma ação de minimizar os efeitos do analfabetismo na população, principalmente aquela parcela que não teve as oportunidades educacionais no tempo adequado.

A história da Educação de Jovens e Adultos - EJA - no Brasil é permeada pela trajetória de ações e programas destinados à Educação Básica e, em particular, aos programas de alfabetização para o combate ao analfabetismo. Em algumas ações, para o público jovem e adulto, embora não se constitua o objetivo principal, é possível identificar também o incentivo à profissionalização, ainda que de forma tímida. Por um lado, incentivou-se a aprendizagem da leitura e escrita, para que os jovens e os adultos pudessem exercer o seu “direito” de voto; por outro lado, o estímulo à alfabetização veio acompanhado das novas exigências econômicas pela aprendizagem dos elementos básicos rudimentares da cultura letrada (ALMEIDA, CORSO, 2015, p 1285).

Segundo os autores supracitados, a educação de jovens e adultos apresenta uma trajetória histórica de ações descontínuas, marcadas por uma diversidade de programas, muitas vezes, não caracterizados como escolarização. De acordo com Hamze (2020), por exemplo, a EJA teve como princípio as ações de catequese dos Jesuítas, na época do Brasil colônia, principalmente a catequese indígena. Segundo a autora, durante o período Imperial (1822-1889), foram criados cursos noturnos para os adultos analfabetos, por meio do decreto 7.031 de 1878. Porém, foi somente em 1940 que a educação de jovens e adultos tornou-se política educacional efetiva.

O artigo 208 da CFB de 1988 faz a primeira referência à garantia dos direitos da educação de jovens e adultos.

Art. 208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 2016. p. 123).

De acordo com Almeida e Corso (2015), com a aprovação da LDB 9.394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Educação de Jovens e Adultos, por meio do parecer nº 11/2000, a EJA passou a ser caracterizada como uma modalidade de educação básica correspondente ao ensino de jovens e adultos, que não frequentaram a escola ou não concluíram a educação básica.

No Parecer do Conselho Nacional de Educação (2000), a EJA expressa uma concepção de resgate de uma dívida social e de herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social. Diante disso, se entende que trabalhar a educação sexual na educação de jovens e adultos visando a prevenção

de gravidez indesejada e IST entre os frequentadores da escola torna-se possível e desafiador, uma vez que, quase a totalidade dos alunos não possuem informações adequadas sobre o tema. Além disso, é inquestionável que a maioria dos jovens da EJA já praticou relações sexuais e trazem consigo uma experiência sexual, apesar de não possuírem adequadas informações sobre prevenção.

Conforme Soares e Gastal (2012, p. 5), “a educação sexual realizada no contexto da EJA apresenta várias peculiaridades relacionadas a esse público”. Normalmente se encontra um público que não alcançou êxito no ensino regular, já que muitos tiveram que abandonar os estudos por questões econômicas e sociais e, por isso, procuram frequentar a EJA. O artigo 37 da LDB, lei 9.394/1996, estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2018, p. 29). Essa definição de EJA esclarece o seu potencial e aborda as necessidades de compreensão da modalidade.

O público da EJA, de uma maneira geral, possui mais experiências de vida, e experiências mais complexas que o público adolescente e infantil: a maioria já é pai ou mãe, já sabem como explorar um preservativo, conhecem as possibilidades das IST e até mesmo já passaram pela experiência de ter contraído alguma delas, já viveram suas primeiras poluições noturnas e a menarca (SOARES, GASTAL, 2012, p. 5).

Além disso, a LDB, lei 9.394/96, ainda regulamenta que os alunos frequentes na modalidade no ensino médio da educação de jovens e adultos devem possuir no ato da inscrição 18 anos completos.

É por esse motivo que se torna mais atrativo o desenvolvimento das atividades voltadas para a educação sexual nessa modalidade de ensino. Afinal, mesmo apresentando experiências sobre a prática sexual, muitos estudantes da EJA não possuem orientação sobre a prevenção a IST ou sobre métodos contraceptivos.

Segundo Soares e Gastal (2012), os alunos da EJA têm diferentes lacunas entre as informações que trazem para a escola a partir de suas vivências e aquelas que a escola se propõe a abarcar. Diante disso é que pretende por meio desse estudo identificar as lacunas e preenchê-las com informações acerca da orientação sexual, especialmente porque as informações que os alunos da EJA possuem “muitas vezes são munidos de informações imprecisas e que a eles não parecem suficientes” (SOARES, GASTAL, 2012, p. 5).

Considerando as implicações da gravidez na adolescência e a necessidade de subsídios para o desenvolvimento e o planejamento de ações em saúde que possam

interferir positivamente sobre essa realidade, torna-se essencial estudar a prevenção da gravidez na adolescência a partir da visão dos próprios adolescentes com a intencionalidade de gerar reflexões acerca da temática, visando à obtenção de indicadores para iniciativas preventivas (FIEDLER, ARAÚJO, SOUZA, 2015, p.31).

Segundo Franchi e Gunther, (2019), a EJA foi concebida para um público predominantemente adulto e, por muito tempo, era esse público que, efetivamente, integrava essa modalidade de ensino. Recentemente, no entanto, começou-se a vivenciar a diminuição na idade média do público, o que caracteriza, segundo os autores, uma juvenilização na EJA.

É imprescindível destacar aqui que o conhecimento sobre os métodos contraceptivos contribui para a prevenção de gravidez indesejada, além de evitar as IST. É preciso, portanto, que ocorra na escola e na família uma educação para a prevenção. Apesar disso, segundo Dias e Teixeira (2018), por exemplo, estudos mostram que os conhecimentos sobre métodos de contracepção entre adolescentes são, muitas vezes, insuficientes para uma efetiva implementação desses métodos. Isso, mais uma vez comprova a importância de se desenvolver práticas de educação sexual na escola, especialmente para os alunos da EJA.

Embora um grande percentual de adolescentes declare conhecer os métodos contraceptivos e utilizar preservativos nas suas relações sexuais, existe uma margem que não possui informações suficientes sobre o seu corpo para buscar os diversos métodos disponíveis, inclusive os naturais (SANTOS, 2017, p. 56).

É importante que os jovens busquem considerar o conhecimento sobre gravidez e IST como inerentes à qualidade de vida e à saúde humana. Campo (2010), por exemplo, se posiciona a esse respeito e assegura que esses fatores estão cada vez mais presentes na necessidade de inclusão da temática sexual no currículo escolar. Portanto, o autor, afirma que a indisponibilidade ao acesso da informação sobre a orientação sexual impõe ao educando um contexto mais vulnerável a problemas como IST e a gravidez precoce.

Diante deste quadro é eminente a necessidade de oferecer uma leitura mais objetiva que enfoque o problema e desperte no educando da EJA uma visão mais crítica e fundamentada na construção de um saber próprio acrescido de conhecimento intervencionista (CAMPO et al., 2010, p. 13).

3.7 As TDIC no contexto escolar: o uso do *blog* como ferramenta educacional

Cada vez mais jovens e adultos estão emergindo dentro das redes sociais e a escola tenta se afastar desse contexto mesmo com todo o discurso sobre as TDIC – tecnologias

digitais da informação e comunicação. Segundo Carvalho (2018), o acesso às tecnologias da informação e comunicação está relacionado aos direitos básicos de liberdade e de expressão. Portanto, os recursos tecnológicos são tidos como ferramentas contributivas ao desenvolvimento social, econômico, cultural e intelectual. A atual LDB, lei 9.394/96, propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento (CARVALHO, 2018).

A utilização da internet como ferramenta de busca e consulta para trabalhos escolares e até mesmo para projetos de aprendizagem é algo cada vez mais comum na vida dos estudantes. Estas ferramentas podem colaborar na educação, desde que não sejam usadas a esmo e sem a orientação do professor (SEABRA, 2010, p. 4).

Modrow e Silva (2013) defendem em seus estudos que as TDIC estão ativamente presentes nos processos de transformação do mundo e, por isso, um dos desafios presentes na educação das escolas públicas e dos educadores se relaciona ao acesso à forma como são utilizadas na prática pedagógica. Segundo as autoras, mesmo com tantas vantagens sobre o processo didático-pedagógico, ainda parece haver um descompasso na realidade vivenciada por professores e alunos das escolas públicas para a inserção das TDIC nas práticas escolares.

Assim sendo, há necessidade que os professores tomem ciência de que podem e devem ocorrer mudanças nas práticas pedagógicas de forma a superarem possíveis obstáculos que a eles se apresentam na utilização destes instrumentos, seja para o planejamento de suas aulas, bem como no trabalho com os alunos para o desenvolvimento dos conteúdos das diversas disciplinas escolares (MODROW, SILVA, 2013, p. 3).

A esse respeito, Reis (2016) afirma que a mediação das TDIC nas práticas pedagógicas tem contribuído para a eficiência e para a atualização dos conteúdos nos processos educacionais. Por se tratar de um acesso lógico à informação, o uso de TDIC no ambiente de ensino e aprendizagem proporciona uma ampliação do conhecimento educacional. Segundo a autora, o uso das TDIC provoca mudanças significativas nas relações entre ensino e aprendizagem, demandando dos professores que as utilizam uma formação diferenciada.

Nesse contexto, percebe-se que apenas o desejo de fazer uso das TDIC pelo professor não é suficiente; ele deve também se aprimorar e reconhecer-se como formador. Além disso, é imprescindível que o educador tenha formação adequada para o uso dessas novas linguagens. Reis (2016) assegura ainda que as TDIC podem ampliar possibilidades e proporcionar mais

eficiência e qualidade na educação, bem como privilegiar a universalização e democratização do ensino.

O modelo pedagógico na escola formal nos dias atuais deve viabilizar uma aprendizagem baseada num processo de construção de relações democráticas em que o aluno, como ser ativo, interaja com o mundo em geral e com sua comunidade em particular. Assim, ele se torna responsável pela direção e significado de seu aprendizado, ou seja, refletindo criticamente sobre o seu fazer e sobre a sociedade em que está inserido, desenvolvendo um espírito mais participativo, inclusive politicamente, fator preponderante para a democracia (REIS, 2016, p. 52).

Para Reis (2016), as mídias digitais são instrumentos que favorecem a criação e o intercâmbio de conteúdos, muitos dos quais são gerados pelos próprios usuários. Rangel e Freire (2012) também se posicionam e afirmam que as novas mídias digitais levam a uma mudança de relação entre conhecimento e memória. Para os autores, as informações estão disponíveis, o que os educadores devem fazer é promover a contextualização, seleção e relação entre tudo aquilo que, abundantemente, as mídias lhe oferecem.

Segundo Reis (2016, p. 41) as mídias tecnológicas se “referem às aplicações da *Internet* e constituem canais de relacionamento na rede por meio dos quais se configuram diversas possibilidades de interação e participação de/entre usuários”. Essas possibilidades de interação possuem a capacidade de geração de mídia espontânea, com o compartilhamento de informações, sejam didáticos ou não. Ramalho (2010, apud REIS; 2016) identifica esses canais não apenas como as redes sociais, como também os *blogs*, os *wikis* e sites de compartilhamento em geral.

Além disso, para Bacich e Moran (2018, p. 51), as tecnologias digitais são o “motor e o dinamismo transformador” da aprendizagem. Segundo eles, o uso das TDIC “não são só apoio ao ensino, são eixos estruturantes de uma aprendizagem crítica, empreendedora, personalizada e compartilhada”. Para isso, é importante que a escola esteja aberta às metodologias ativas.

Escolas deficientes em integrar o digital no currículo são escolas incompletas, pois escamoteiam uma das dimensões básicas na qual os humanos vivem no século XXI, ou seja, conectados, em rede, navegando competentemente entre mundos antes separados, hoje híbridos, em que a sinergia de processos não distingue fronteiras físico-digitais “realidade” presencial-digital-virtual (COLL, MONEREO, 2010, apud BACICH, MORAN, 2018, p. 51).

É importante ainda salientar que de acordo com Dias (2017) é imprescindível o uso das TDIC na formação e na inserção de jovens e adultos na cultura digital, já que o uso de

dispositivos móveis na EJA auxilia a integração dos educandos, possibilitando a disseminação das informações. Para a autora, no Brasil e no mundo, as tecnologias estão sendo utilizadas para favorecer o processo de aprendizagem dos jovens e dos adultos.

Sendo assim, no contexto das ações que serão executadas nesse estudo, os *blogs* são ferramentas que possibilitam a disseminação de informações na *internet*. Essas ferramentas usadas no contexto educacional e com o suporte adequado podem ser, segundo Seabra (2010) uma grande aliada no processo educacional. O autor ainda afirma que os *blogs* podem ser editados, explorar diversos assuntos, no formato de diários, contos, notícias, poesias, artigos etc., o que contribui para despertar nos jovens a vontade e o gosto pela escrita.

Os blogs, que em sua essência, representam uma espécie de diário virtual e cujo papel, nos dias atuais, encontra-se bastante diversificado, sendo inclusive, apontado por especialistas como instrumentos eficientes de geração de negócios, e/ou conteúdos, também interessantes quando bem alimentados nos ambientes associativos, de sindicatos e, por que não, os educativos também (REIS, 2016, p. 67).

Conforme as discussões de Conti (2018), a sociedade vivencia uma aldeia global, com repentinas mudanças, aumento da interdependência e da complexidade, o que promove uma modificação na forma de se comportar do ser humano, de se expressar, e de pensar. Além disso, para Pérez Gómez (2015, apud CONTI; 2018), a tecnologia da informação tornou-se um mecanismo de participação, ocasionando a necessidade de se ter um ambiente que se reconfigura continuamente pela própria participação que nele ocorre, já que a informação é produzida, consumida, atualizada e alterada, o que leva a novas práticas de escrita e de leitura. Aprendizagem evolui, consequentemente, com ela.

As habilidades envolvidas na publicação de um blog, principalmente se ele tiver consistência editorial e continuidade (não precisa ser atualizado diariamente, podendo sê-lo semanalmente ou sem periodicidade definida), são diversas e levam os alunos a selecionar o que publicar, e a preocupar-se com a redação do texto, podendo incluir imagens, inserir vídeos, etc., (SEABRA, 2010, p. 14).

Conti (2018) ainda apresenta uma experiência onde o *blog* educacional foi utilizado como recurso didático para dinamizar o ensino e a aprendizagem sobre o contexto de sexualidade de adolescentes com deficiência. O uso de um material digital compartilhado é um grande aliado, uma vez que os alunos podem utilizar esse material em casa, como apoio às suas dúvidas frequentes sobre gravidez indesejada, IST, por exemplo. Assim, entende-se que o *blog* feito por alunos promove o pensamento crítico, criativo, pensamento analógico, bem como o acesso às informações de qualidade e reflexão individual (CONTI, 2018).

Nesse contexto, Reis (2016) aponta uma preocupação sobre o alto índice de exclusão digital que ainda existe no mundo e em especial no Brasil. Da mesma forma, segundo Almeida (2020), a exclusão digital pode ser vista de diferentes ângulos, ou por não saber utilizá-lo (saber ler), ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual se convive no dia a dia.

Os autores consideram ainda que são excluídos digitalmente até aqueles que têm dificuldades de manusear as funções do celular. É importante, assim, frisar que exclusão a digital se refere a um indivíduo privado da utilização das TDIC, seja por não possuir acesso, seja pela carência de conhecimento ou por falta de interesse. Reis (2016) ainda assegura que as mídias sociais estão ancoradas na *internet* e, para acessá-las, se necessita de mecanismos tecnológicos e acesso a provedores, fato que não está disponível de maneira igualitária a todos os cidadãos brasileiros.

É imprescindível destacar ainda que por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Governo Federal pretende levar internet a todos os lugares do Brasil. Segundo o portal do MCTIC, o programa “*Internet para Todos*” se trata de uma conexão em banda larga a preços reduzidos para democratizar o acesso à *internet* buscando a inclusão social. Ele foi lançado em 4 de maio de 2017 em parcerias entre o MCTIC e os municípios. Na cidade de São Miguel de Taipu-PB, por exemplo, o governo municipal disponibiliza *wi-fi* gratuito para os moradores da zona urbana e em algumas localidades da zona rural.

3.8 Metodologias ativas: o ensino de biologia por investigação.

O uso da metodologia ativa vem rompendo o modelo tradicional de ensino, já que ela é fundamentada em uma pedagogia problematizadora. Para Moran (2015), a metodologia ativa estimula o aluno a assumir um importante papel no seu aprender, desenvolvendo sua autonomia e uma aprendizagem significativa. Segundo Bacich e Moran (2018, p. 37), “a aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida”.

Até recentemente, observava-se pequena preocupação em relação às metodologias de ensino e acerca das consequências de seu uso. Destaca-se, aqui, uma célebre frase que traduz essa questão: “enquanto os conteúdos do ensino informam, os métodos de ensino formam⁴. Isso porque essa opção metodológica “pode ter efeitos decisivos sobre a formação da mentalidade do aluno, de sua cosmovisão, de seu sistema de valores e, finalmente, de seu modo de viver. A metodologia utilizada pelo educador

pode ensinar o educando a “ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo” (PAIVA et al, 2016, p. 147).

Para Bacich e Moran (2018), o uso de metodologia ativa em sala aula prioriza o papel protagonista do aluno, focando em seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do desenvolvimento educacional, de forma que ele tenha a oportunidade de experimentar, desenhar e criar com orientação do professor. Segundo os autores, o professor, como orientador, ganha notável relevância, pois seu papel é ajudar os alunos a avançarem na construção de conhecimentos sozinhos; o professor deve, pois, motivá-los, questionando-os e os orientando.

Dolan e Collins (2015, apud BACICH e MORAN; 2018), identificam estudos que comprovam que, quando professores falam menos, orientam mais, e os alunos participam de forma ativa, de maneira que a aprendizagem se torna mais significativa.

Diante disso, compreende-se, conforme as discussões de Freire (2015), que é necessária uma educação, que evidencie dinamismo e humanização na relação professor-aluno, na perspectiva de contribuir para a prática da educação dialógica, crítica, reflexiva e libertadora. Freire ainda se opõe à educação bancária, na qual os educandos são vistos como “recipientes” a serem “preenchidos” por conhecimentos que os educadores visam colocar. Para tanto, sua pedagogia defende os métodos da conscientização, da desalienação e da problematização.

Para o “educador-bancário”, na sua antidialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2015, p. 116).

Para Moran (2015), as metodologias implantadas pelos professores precisam acompanhar os objetivos pretendidos. É preciso, assim, que as metodologias envolvam os alunos em atividades cada vez mais complexas, das quais tomem decisões e avaliem os resultados.

Além disso, segundo Bacich e Moran (2018), entre a grande maioria dos profissionais de educação, as metodologias predominantes são as dedutivas, em que o professor transmite primeiro a teoria e depois o aluno deve aplicá-la a situação mais específica. Prodanov e

Freitas (2013), por exemplo, classificam o método dedutivo como aquele que parte do geral e, a seguir, desce ao particular.

Baseado na metodologia proposta por Descarte, Spinoza e Leibniz, esse método parte do pressuposto de leis consideradas verdadeiras e indiscutíveis, ou seja, ele está apoiado em casos particulares de base lógica. Gil (2018, apud PRODANOV, FREITAS; 2013, p. 27) identifica o método dedutivo como o que “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”.

Apesar disso, Bacich e Moran (2018) apontam que a aprendizagem por questionamento e experimentação é mais relevante para uma compressão mais ampla e profunda. Nesse contexto, tem-se o método indutivo que, segundo Prodanov e Freitas (2013), significa que a indução parte de um fenômeno para chegar a uma lei geral por meio da observação e de experimentação, a qual visa investigar a relação existente entre dois fenômenos para se generalizar.

A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos para os quais trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las (BACICH, MORAN, 2018, p. 43).

Nesse contexto, conforme as discussões de Bacich e Moran (2018), um dos caminhos mais interessantes de aprendizagem ativa é por meio do ensino investigativo. Para os autores, nessa modalidade os professores orientam os alunos a desenvolverem habilidades de levantar questões e problemas. Ademais, vale destacar que de acordo com Bonweell e Eison (1991 apud BACICH, MORAN; 2018, p. 59), os alunos buscam – individualmente ou em grupo e utilizando métodos indutivos e dedutivos – interpretações coerentes e soluções possíveis.

Moreira, Souza e Almassy (2020) também se posicionam a respeito e garantem que o método investigativo é problematizado pode ser uma das estratégias mais viáveis para o ensino de Biologia, uma vez que, ele está ligado aos mais diversos assuntos do cotidiano. Essa metodologia favorece a abordagem de problemas relacionados à realidade dos estudantes e sua investigação a partir desse cotidiano. Ainda segundo as autoras, a metodologia investigativa favorece o ensino de Biologia por permitir que os alunos tenham uma postura mais ativa no processo de investigação de forma a agir na resolução de problemas, e contribuir para uma visão integrada sobre a natureza da Ciência.

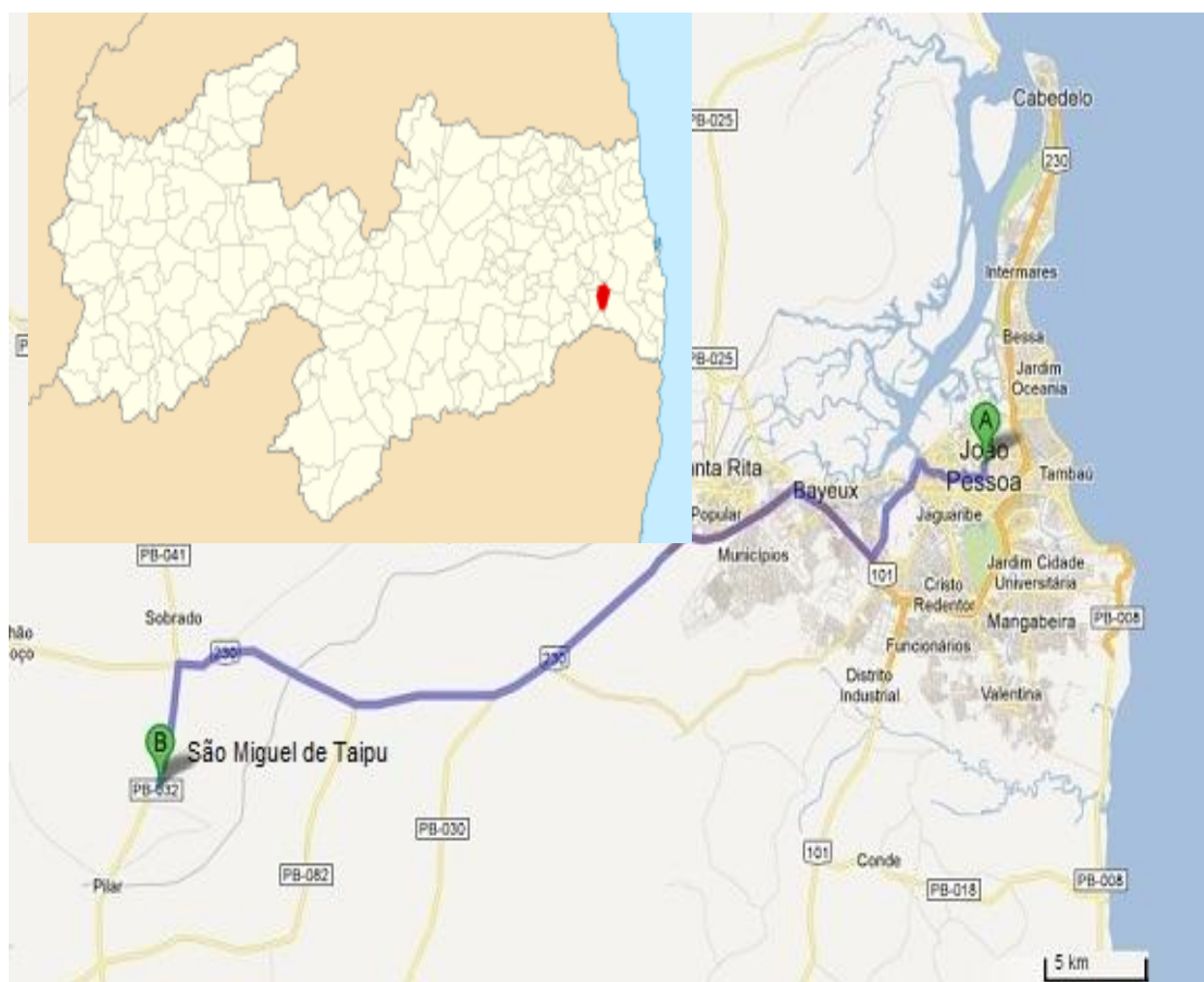
Já para Azevedo (2004), as atividades por investigação podem ser resolvidas pelo estudante em práticas experimentais ou em forma de problemas, os quais podem ser solucionados com lápis e papel sem necessariamente estar em laboratório. Esses tipos de metodologias problematizadoras têm a intenção de estimular o aluno a participar ativamente na construção de seus conhecimentos. O autor assegura que é precisa a reflexão e a busca de explicações e participações por parte dos alunos, enquanto o professor deve mudar sua postura, deixando de agir como detentor e transmissor do conhecimento de forma a passar a agir como um guia.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Local de Estudo

O referido Trabalho de Conclusão de Mestrado - TCM - foi realizado na Escola Centro Integrado de Ensino Municipal Henrique Vieira de Melo – CIEM-HV. A escola funcionava nos três turnos e contava com um total de 411 alunos matriculados no ano de 2019. Está localizada na zona urbana da cidade de São Miguel de Taipu (Figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2019), a cidade está localizada a 49 km da capital paraibana, fazendo parte da região geográfica imediata de João Pessoa. Ainda segundo o IBGE, em 2019 a população estimada da cidade era de 7.368 habitantes.

Figura 1 - Mapa da cidade de São Miguel de Taipu e sua localização em relação à capital paraibana.



Fonte: IBGE e Google Maps

A pesquisa foi realizada em duas turmas do ensino médio da modalidade EJA, ambas do turno da noite, referentes ao 3º segmento dessa modalidade. As turmas foram do ciclo V (referente a 1ª e 2ª séries) e ciclo VI (referentes a 3ª série). As turmas totalizaram de 53 alunos.

4.2 Metodologia da Pesquisa

O estudo trouxe uma abordagem baseada no método da pesquisa-ação, na qual se busca o desenvolvimento das práticas elaboradas, buscando dados conquistados pelos próprios participantes de forma a organizar e valorizar seus saberes. Para Thiollent (1986), a pesquisa-ação se trata de uma metodologia social com base empírica, na qual o pesquisador e os participantes devem estabelecer uma estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, sempre de modo coletivo ou participativo.

Para que não haja ambiguidade, uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida (THIOLLENT, 1986, p. 15).

A metodologia da pesquisa ação foi utilizada no desenvolvimento das atividades elaboradas em sala de aula, por meio das sequências didáticas aplicadas e das oficinas realizadas para o desenvolvimento do projeto. Explorou-se a metodologia ativa ao problematizar o conteúdo e se proporcionou ao aluno a ação de pesquisa e a produção do seu conhecimento. As atividades desenvolvidas exerceram, dessa forma, o caráter ativo, por meio das sequências didáticas (Apêndices 3 e 4) e os alunos pesquisaram, apresentaram e debateram o assunto, além de confeccionarem o material para as atividades lúdicas e práticas.

Além disso, percebeu-se o caráter de metodologia ativa, quando os alunos desenvolveram as oficinas para a construção de seus *blogs* pessoais, já que cada aluno montou, atualizou e publicou seu próprio *blog*, com o título “meu *blog* pessoal”, no qual se informava sobre gravidez precoce e prevenção às IST. A pesquisa caracterizou-se, também, portanto, com pesquisa-participante, visto que seus membros interagiram com o objeto de estudo, por meio de ações como oficinas e ciclos de debates.

Para o desenvolvimento do TCM foram realizados os seguintes procedimentos: Primeiramente houve o levantamento de dados, por meio de questionário objetivo (Apêndice 1) anterior à discussão do tema em sala de aula, na forma de pré-teste. Em seguida, ocorreu a

pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da leitura de livros didáticos, artigos científicos, revistas e outros periódicos, além de sites oficiais e jornalísticos, sobre a temática abordada. Buscou-se ainda uma sequência de dados na secretária municipal de saúde do município de São Miguel de Taipu.

A pesquisa foi elaborada com uma abordagem micro quantitativa, explorando os dados numéricos coletados por meio dos questionários (Apêndice 1) e macro qualitativo, em razão da análise estrutural das coletas com interpretações de fenômenos e atribuição de significados. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2008, apud QUIRINO; 2014), afirma que se aplica ao estudo das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, fruto das interpretações que as pessoas fazem a respeito de como vivem, pensam e sentem.

Dessa maneira, a execução do projeto seguiu uma sequência de ações, na seguinte ordem: Questionário pré-teste; aulas teóricas e explicativas; aula investigativa; realização das oficinas de produção de conteúdo para alimentação do *blog*; desenvolvimento das atividades; pesquisa de conteúdo informativo utilizando (livros, sites de *internet*, revistas, etc.); construção dos textos para o *blog*; e, por fim, foram analisados os resultados por meio de aplicação de questionário, pós-teste (Apêndice 1).

4.3 Critério de inclusão e exclusão, riscos da pesquisa.

Os critérios de inclusão dos indivíduos na pesquisa do presente estudo foram: os participantes estarem regularmente matriculados no 3º segmento na modalidade de educação de jovens e adultos e aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 2). Logo, excluíram-se os estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos que estavam matriculados no 1º e 2º segmentos e os que não aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

É importante salientar que esse estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS e foi aprovado pelo parecer de número 3.430.240 (Anexo 1).

Além disso, destaca-se ainda que a pesquisa com seres humanos envolve riscos e, dessa forma, é necessário haver precauções. Assim, destaca-se a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo ou vergonha – os participantes que aceitaram participar tiveram suas imagens e voz gravadas por meio de vídeos ou áudios, além do estresse e cansaço ao responder às perguntas. Salienta-se ainda que a metodologia utilizada não trouxe risco algum à saúde física dos participantes. Para evitar o

constrangimento e danos psicológicos aos convidados a responder, os indivíduos foram submetidos ao questionário em local privado, resguardando a sua identidade.

Os benefícios advindos da pesquisa superam as possibilidades de quaisquer tipos de riscos, como o psicológico, intelectual e emocional. Ademais, as estratégias utilizadas constituem metodologias ativas capazes de tornar o aluno um protagonista do processo de construção e criticidade do seu conhecimento. Além disso, os resultados dessa pesquisa puderam fomentar a ressignificação do professor em sala de aula, bem como incentivar a reflexão e a mudança sobre as práticas educativas tradicionais, sobretudo, no ensino de biologia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

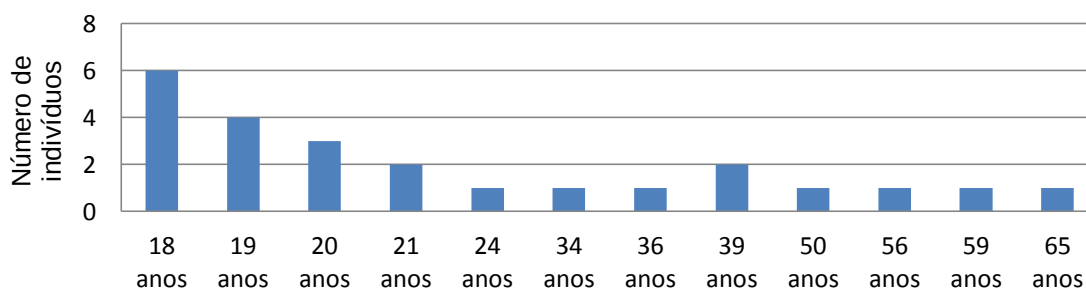
5.1 Análise do Pré-teste

O questionário que avaliou o conhecimento prévio dos alunos (pré-teste) foi entregue apenas àqueles que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por se tratar de turmas do 3º segmento da EJA, os alunos estavam com faixa etária adequada, conforme as orientações da LDB, a qual afirma ser requisito para permanência na EJA o aluno ter 18 anos completos. Dessa forma, não foi preciso aplicar um Termo de Assentimento, necessário apenas para alunos menores de 18 anos.

Esse questionário foi aplicado no dia 06 de julho de 2019 a 24 alunos, dentre os quais 15 indivíduos estavam matriculados na turma do ciclo V e 9 estavam matriculados na turma do ciclo VI. Havia, no entanto, um total de 32 alunos matriculados no ciclo V e 21 alunos no ciclo VI, porém na realidade da EJA o abandono escolar é presente. Essa problemática é confirmada com as discussões de Franchi e Guthier (2018), o processo de escolarização de adolescentes e jovens que chegam à EJA costuma ser marcado por rupturas e descontinuidades. Esse processo é nitidamente perceptível pela falta de hábito e interesse em frequentar a sala de aula.

O questionário foi dividido em 4 subtópicos (apêndice 1) importantes ao desenvolvimento das ações. O primeiro subtópico, Identificação Pessoal, foi importante para se traçar um perfil do entrevistado, nesse caso, o aluno. De acordo com a pesquisa, a faixa etária dos alunos pesquisados variou entre 18 e 65 anos de idade, sendo aqueles na faixa etária entre 18 e 21 anos a maioria dos entrevistados, num total de 15 alunos (gráfico 1). Puderam-se classificar os participantes de acordo com a idade, da seguinte forma: 6 alunos adolescentes, 17 adultos e 1 idoso.

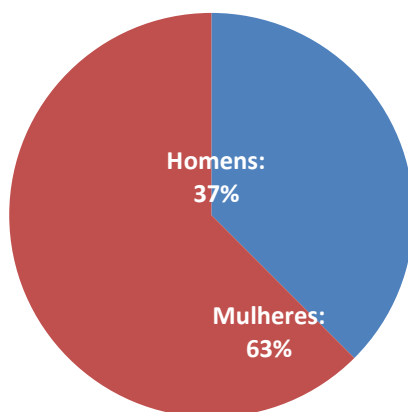
Gráfico 1- Identificação dos participantes, número de alunos por idade.



Fonte: Próprio autor.

Entre os alunos participantes, a quantidade de indivíduos do sexo feminino é nitidamente superior ao masculino: foram 63% do total do sexo feminino contra 37% do sexo masculino (gráfico 2).

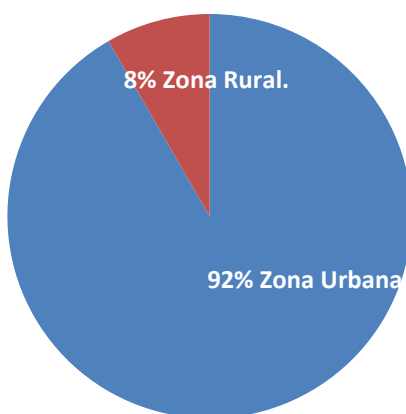
Gráfico 2 - Sexo dos participantes.



Fonte: Próprio autor.

Quanto à localização da residência, apenas 8% dos alunos identificaram-se residentes na zona rural do município de São Miguel de Taipu, ou seja, a maioria dos alunos, 92%, reside na zona urbana da cidade (gráfico 3).

Gráfico 3 - Localização de residência dos alunos.



Fonte: Próprio autor.

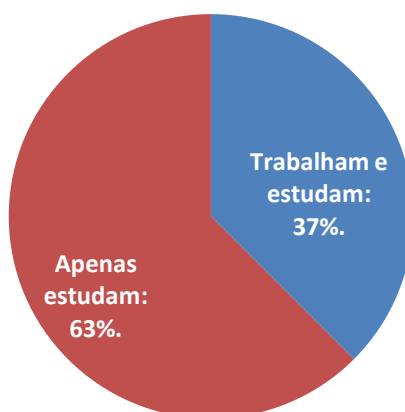
Como é realidade na EJA, muitos alunos frequentadores são também trabalhadores. No entanto, a maioria dos alunos participantes do questionário expuseram que apenas estudam. Quinze alunos, em um total de 67%, apenas estudavam e 9 alunos, 33%, estudavam à noite e trabalhavam durante o dia (gráfico 4).

Segundo Franchi e Guthrie (2018), um dos fatores que impulsionaram a presença de jovens e adolescentes na EJA, foi a diminuição da idade mínima para ingresso de exames de conclusão do ensino fundamental e médio. Indiscutivelmente essa observação é um ponto importante e favorece o crescimento no número de adolescentes na EJA. Contudo, os autores acreditam não se tratar de um fator isolado.

Segundo os autores supracitados, a presença dos jovens também está associada a aspectos sociopedagógicos, como a migração dos estudantes do ensino regular para o ensino de jovens e adultos que se dá de duas maneiras: por decisão dos próprios jovens, ou família, buscando somente maior agilidade na conclusão dos estudos; ou por decisão dos gestores escolares. Essa última, segundo os autores, se trata de uma decisão equivocada, pois não consideram as especificidades sociais e de aprendizagem dos adolescentes remanejados.

Os autores ainda asseguram que muitos gestores tomam essa decisão levando em conta o quadro de comportamento dos adolescentes, já que comumente esses jovens são classificados pelo corpo docente como: indisciplinados, agressivos, e, por isso, são segregados dos demais adolescentes sendo deslocados para a educação de jovens e adultos.

Gráfico 4 - Percentual de alunos que estudam e trabalham e dos que apenas estudam.



Fonte: Próprio autor.

Diante da análise dos dados dos gráficos de 1 a 4 e, a partir das anotações feitas em sala de aula durante as atividades desenvolvidas, percebeu-se a descontinuidade do processo de aprendizagem dos estudantes da EJA. Além disso, por meio do diálogo permanente em sala de aula, percebeu-se ainda que 45% dos alunos admitiram que não apresentam bom comportamento no ensino regular e, por esse motivo foram reprovados. Outros 55% dos alunos afirmaram que se matricularam na EJA devido à falta de oportunidades de estudos na idade certa.

Esse fenômeno é analisado também por Franchi e Guthier (2018):

Os adolescentes, no contexto atual frequentemente são induzidos ou optam pelo ingresso na EJA a partir de um sentimento de fracasso e necessidade de compensar um histórico de retenções por meio de um caminho alternativo e mais rápido que vislumbram nessa modalidade de ensino. De um modo ou de outro, acabam tornando-se vítimas do processo de migração do Ensino Fundamental regular para a EJA, cujo objetivo é eliminar o problema que eles representam nas turmas do ensino diurno (FRANCHI, GUTHER, 2018, p 218).

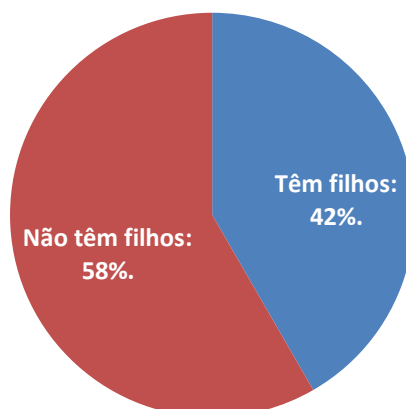
Cabe ainda destacar que apesar dos muitos fatores que atravessam esse processo, bem como da subjetividade que constitui o processo de aprendizagem de cada estudante, a realização de trabalhos assalariados durante o dia aparece com frequência como elemento que se interpõe a um processo de escolarização contínuo.

A EJA é como uma “válvula de escape” para tentar apurar o término do ensino regular, bem como para suprir a necessidade de formação para assumir melhores postos de trabalho, e da decorrência de problemas de vulnerabilidade social e gravidez na adolescência. Estas são as principais justificativas para a migração do ensino regular à EJA (FRANCHI, GUTHER, 2018, p. 221).

O tópico 2, por sua vez, denominado de Pré-Requisitos, abordou a vida pessoal de cada aluno, referente aos estudos e ao conhecimento da sexualidade. Tentou-se identificar alguns pré-requisitos para a contextualização do tema abordado. Nesse contexto, Soares e Gastal (2012) afirmam que os alunos da EJA apresentam diferentes lacunas entre a informação que eles trazem a partir de suas vivências e aquelas que a escola se propõe a abarcar.

A primeira pergunta questionou se os participantes possuíam filhos. Ao total, 42% dos alunos afirmaram que sim (gráfico 5).

Gráfico 5 - Percentual de alunos que já possuem filhos.



Fonte: Próprio autor.

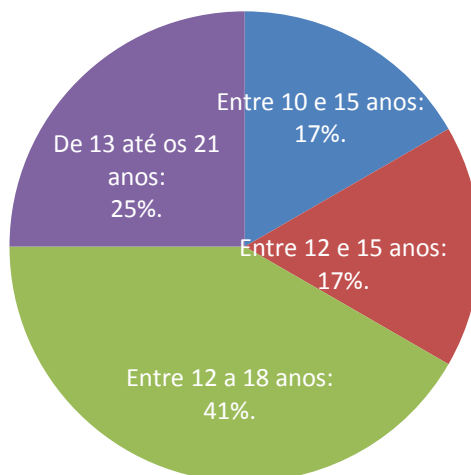
As discussões sobre o assunto em sala de aula evidenciaram que 50% dos alunos já possuem filhos e os tiveram antes dos 18 anos de idade. Eles foram questionados ainda se, quando adolescentes, receberam informações sobre gravidez e as respostas evidenciaram que a metade dos alunos não foram orientados sobre gravidez durante a fase da adolescência.

A esse respeito, Fávero (2020) afirma que os dados do IBGE apontam que, em 2015, a maioria dos jovens brasileiros relatou possuir acesso à educação sexual. Os dados asseguram ainda que quase 72% dos alunos entre 13 e 17 anos disseram que recebem orientação sobre prevenção à gravidez na sala de aula. 81% dos participantes da pesquisa afirmaram que obtiveram informações sobre AIDS e outra IST no ambiente escolar. No entanto, é imprescindível salientar que essa pesquisa não se aprofundou por regiões e infelizmente a realidade não é comum a todos os brasileiros.

Dando continuidade à pesquisa, o terceiro tópico do questionário - Contextualizar - foi dedicado a identificar pontos relacionados ao desenvolvimento do TCM. Nessa etapa, foram realizadas 11 perguntas; as principais foram tabuladas e apresentadas da seguinte maneira: A primeira delas perguntava se eles tinham conhecimento sobre qual era a faixa etária se encontram indivíduos tidos como adolescentes. Apenas 41% dos alunos acertaram a pergunta, identificando que adolescentes são aqueles que estão entre a faixa etária de 12 a 18 anos (gráfico 6).

A esse respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera em seu segundo artigo, como adolescente aquele que compreende a faixa etária entre os doze e dezoito anos de idade, (BRASIL, 2017).

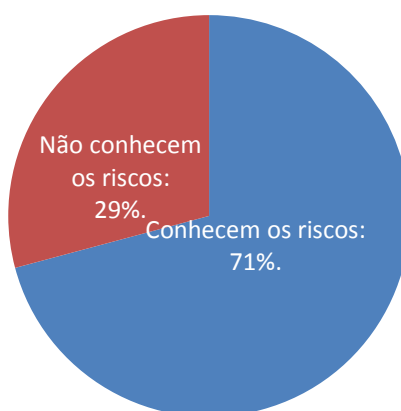
Gráfico 6 - Resposta sobre a pergunta, qual é a faixa etária dos adolescentes?



Fonte: Próprio autor.

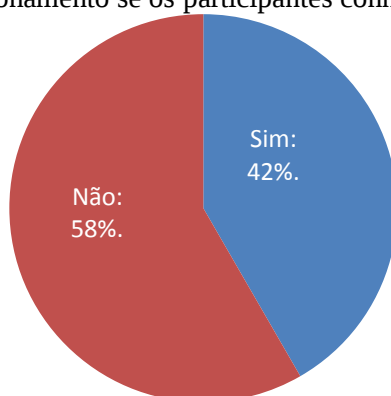
Quando os alunos foram questionados se conheciam sobre os riscos de uma gravidez na adolescência, a maioria respondeu que sim, cerca de 71% dos alunos. Apenas 29% deles responderam não ter conhecimento dos riscos de uma gravidez na adolescência (gráfico 7). Assim, é interessante mencionar que todos os alunos da sala afirmaram conhecer uma ou mais adolescentes grávidas, ou seja, para os educandos participantes da cidade de São Miguel de Taipu, adolescentes grávidas ou com filho fazem parte de um contexto de normalidade entre os cidadãos, o que confere à gravidez na adolescência uma conotação de problemática social.

Gráfico 7 - Resposta ao questionamento: conhece os riscos de uma gravidez na adolescência?



Fonte: Próprio autor.

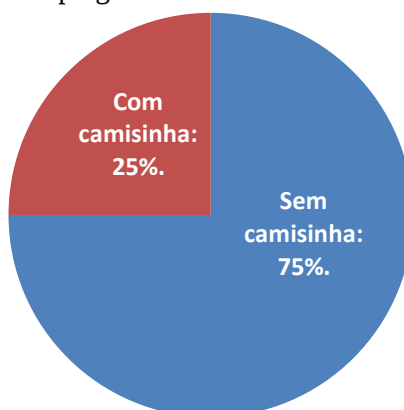
Quando o direcionamento do questionário foi acerca do conhecimento e do uso de métodos contraceptivos, os alunos demonstraram não terem domínio do conhecimento sobre eles, pois apenas 42% dos entrevistados marcaram a opção sim (gráfico 8).

Gráfico 8 - Resposta do questionamento se os participantes conheciam os métodos contraceptivos

Fonte. Próprio autor.

Os mesmos 42% de alunos que afirmaram desconhecer os métodos contraceptivos responderam ter usado algum tipo de método contraceptivo quando tiveram relações sexuais. Percebe-se que os alunos não estão relacionando o uso de métodos contraceptivos ao processo de prevenção à gravidez ou IST, ou seja, eles fazem uso de preservativos ou pílulas, por exemplo, apenas indicação, sem possuírem o conhecimento adequado sobre a importância desses métodos.

Além disso, 75% dos alunos disseram preferir ter relações sexuais sem camisinha (gráfico 9). Cabe aqui destacar que na obtenção desses diagnósticos não existiu interferência alguma do pesquisador no momento da pesquisa. Identificou-se, ainda, que os alunos têm dificuldades de relacionar o preservativo masculino ou feminino a um método contraceptivo. Por meio do questionário, se identificou que os métodos contraceptivos estão relacionados, de acordo com os participantes, apenas à prevenção de gravidez, ou seja, para os entrevistados, o preservativo, por exemplo, tem função apenas de prevenir contra IST, não sendo um método contraceptivo.

Gráfico 9 - Respostas da pergunta: Preferem o sexo com ou sem camisinha?

Fonte: Próprio autor.

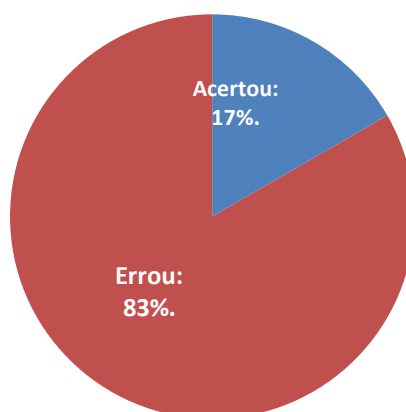
A esse respeito, Bonfim (2012) afirma que a visão que prevalece na sociedade ainda envolve preconceitos arraigados na moral sexual patriarcal, ou seja, aquela que cada família recebeu de seus antepassados e passou para seus filhos. Diante disso, entende-se que a ausência do diálogo e do exemplo familiar, por exemplo, leva ao desconhecimento das práticas de prevenção. A autora ainda afirma que essa visão de sexo é quase sempre repressiva, dogmática, pecaminosa e vergonhosa.

Ainda no terceiro tópico, se questionou sobre o conhecimento das IST. De acordo com os resultados, os alunos participantes desconhecem o termo “infecção sexualmente transmissível” e, apenas 17% dos alunos marcaram que sim (gráfico 10). Essa informação atribui grande conotação a Silva et al. (2016) quando aborda que uma das estratégias traçadas pelos Ministérios da Saúde e da Educação para a interrupção da cadeia de transmissão das IST em adolescentes é a educação sexual nas escolas.

Dessa forma, se percebe que esses alunos não conseguem identificar o termo IST/DST (Doença sexualmente transmissível – termo anteriormente empregado e que foi usado apenas como critério de familiaridade com os pesquisados) porque lhes falta o conhecimento básico que é adquirido na escola. Ainda de acordo com Silva et al. (2016), os países que já incluíram a educação sexual em sua grade curricular ou que trabalham temáticas voltadas a essa discussão demonstram que o uso de preservativos aumentou 48% após a intervenção da escola.

Questionou-se ainda a respeito do significado da sigla IST. Mesmo havendo no questionário a opção “Infecção Sexualmente Transmissível”, por desconhecimento da expressão, os alunos em maioria marcaram a opção “não conheço” (Gráfico 10).

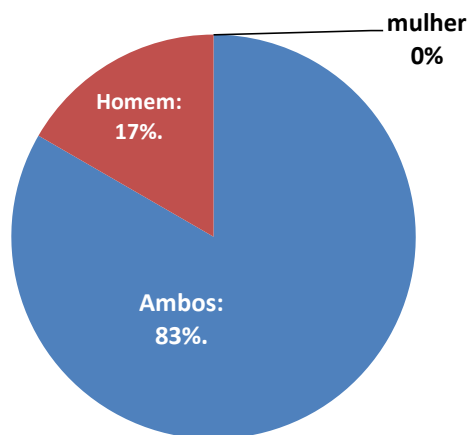
Gráfico 10 - Marque o que significa IST.



Fonte: Próprio autor.

Por fim, questionou-se de quem seria a responsabilidade de se prevenir contra IST ou de uma gravidez indesejada. Do total de entrevistados, 20 alunos responderam que a responsabilidade é de ambos os parceiros (gráfico 11).

Gráfico 11 - De quem é a responsabilidade de se prevenir contra gravidez e IST?



Fonte: Próprio autor.

Nessa parte do questionário, em relação à de quem é a responsabilidade pela prevenção da gravidez indesejada ou à IST, percebeu-se que 3 mulheres (duas com 19 anos e uma com 56 anos de idade) e um homem com 39 anos de idade afirmaram que a responsabilidade é do homem. Isso é reflexo da sociedade paternalista em que eles estão inseridos, da mesma forma, o fato de que nenhum dos pesquisados apontou que a responsabilidade é da mulher.

A esse respeito e acerca do contexto da sociedade paternalista, duas alunas participantes da pesquisa afirmaram que:

Minha mãe fala direto que mulher que anda com camisinha no bolso é coisa de mulher safada, que não presta, dessas que os “home” pega. (M.A. 19 anos)

No meu tempo, ninguém usava esse tal de camisinha, a mulher se conservava para o marido. Ninguém lá em casa usava, e não podia nem falar, quando eu escutava na televisão se eu repetisse o meu marido já perguntava onde eu vi isso, com que eu falei disso. Hoje é que não tem mais jeito, as meninas “sabe” de tudo, só é pra sair com homem se tiver esse negócio (J.B. 65 anos).

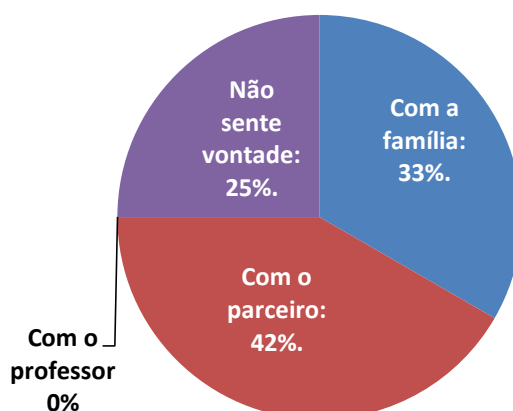
Figueró (2010) também faz referência ao comportamento paternalista da sociedade dentro da perspectiva de gênero. Segundo a autora, as diferenças anatômicas entre macho e fêmea determinam as noções de masculinidade e feminilidade, atividade e passividade, o que

dá ao homem a condição de situação privilegiada, atribuindo-lhe o poder de dominação sobre as pessoas do sexo feminino.

Dando continuidade à pesquisa, o quarto e último tópico foi direcionado à interdisciplinaridade do conteúdo. Aqui se buscou identificar o conhecimento do aluno sobre o que esperar dos professores para a aplicação do conteúdo em sala de aula, bem como servir de base para o planejamento das práticas e oficinas que foram realizadas em seguida.

Os alunos foram perguntados com quem gostavam de conversar, dialogar, sobre conteúdos relacionados a sexo. A maioria dos alunos revelou que eles estão abertos para discutir o tema com a família (33%), ou com o parceiro (42%), que totalizaram 75%. Outros 25% revelaram que não se sentiam à vontade para discutir o tema; e nenhum dos participantes relatou se sentir à vontade em conversar com o professor (gráfico 12).

Gráfico 12 - Com que você discute sobre Sexualidade.

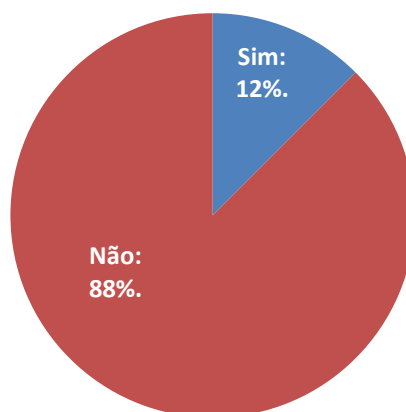


Fonte: Próprio autor.

É importante salientar que o resultado de que nenhum aluno tem a vontade de dialogar sobre o tema com o professor não significa uma barreira ao diálogo, mas sim que ainda não há entrosamento entre o professor pesquisador e os alunos da pesquisa.

Quando questionado se em algum momento, na escola, houve alguma palestra ou discussão sobre os temas abordados, do total de entrevistados, 88% afirmaram que nunca houve por parte dos professores da escola, em que estudavam, campanha sobre gravidez na adolescência ou IST (gráfico 13).

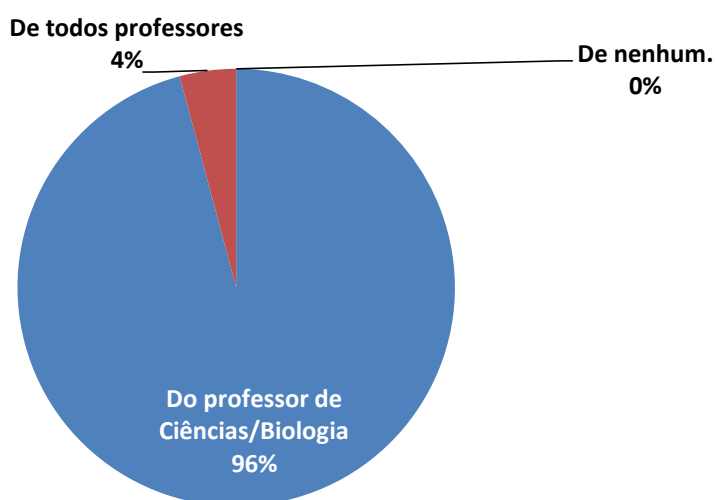
Gráfico 13 - O tema abordado, já foi discutido na escola?



Fonte: Próprio autor.

Perguntamos, ao final, se o tema sobre educação sexual na escola é importante. Por unanimidade, os alunos disseram que sim, e que a escola tem o dever de falar sobre a sexualidade e prevenção à gravidez precoce e à IST. Essa última pergunta questionava de quem é o dever de apresentar o conteúdo em estudo e 23 alunos (96%) afirmaram que é de responsabilidade do professor de ciência e biologia (gráfico 14).

Gráfico 14 - A qual professor cabe a responsabilidade de transmitir o conteúdo sobre sexualidade e prevenção a gravidez na adolescência e IST?



Fonte: Próprio autor.

Esse resultado de que cabe ao professor de ciência e/ou biologia a tarefa de abordar a sexualidade e suas consequências em sala de aula já era previsível. Nesse contexto, Furlani (2005, apud ALMEIDA e LUZ; 2014) indica que a educação sexual sempre esteve presente na escola, muitas vezes exclusivamente, nas aulas de Ciências e Biologia. Ressalta ainda que

em sua pesquisa encontrou vários autores afirmando que essa seria uma tarefa do professor de ciência/biologia. Apesar disso, ela descreve que Thums e Kiling (1990) assegura que essa função cabe a todo profissional da escola.

5.2 Sequência didática sobre prevenção à gravidez e à IST

Foram realizadas duas sequências didáticas para o desenvolvimento do projeto, ambas no 3º segmento da educação de jovens e adultos, turma do ciclo V e VI.

Quando apresentada a proposta do projeto sobre prevenção à gravidez e às IST, percebeu-se que os alunos não tinham conhecimentos sobre o sistema reprodutor dos seres humanos, o que tornou as atividades ainda mais extensas. Teve-se, portanto, que incluir uma sequência didática sobre o sistema reprodutor humano (apêndice 3). Esse conteúdo é abordado no ensino fundamental, nas aulas de Ciências Naturais, porém diante da realidade dos alunos da EJA em acelerar o processo educacional e do caráter sociocultural, muitas vezes empregado, esse assunto provavelmente nunca foi abordado.

No ensino médio, nas aulas de Biologia, sempre se aborda esse conteúdo na 2ª série, dentro do conteúdo de Fisiologia e Morfologia dos Sistemas Humanos. Porém, em razão do projeto, o conteúdo foi iniciado a partir do ciclo V, que é uma turma novata no ensino médio, oriunda recentemente do ensino fundamental. Além disso, por ser um conteúdo da presente pesquisa repleto de tabus, iniciar com a apresentação dos sistemas reprodutores proporcionou uma melhor compreensão e desinibição do aluno para as discussões que viriam posteriormente.

Acerca do trabalho com sequências didáticas, Bacich e Moran (2018) apresentam que elas são abordagens estruturadas, porém, não restritivas, cuja finalidade é o desenvolvimento da autoria do professor, instituída como ferramenta para embasar a prática didática de maneira teoricamente rigorosa, além de facilitar ações de compartilhamento e trocas de experiências entre pares.

A sequência didática é uma forma de estruturar o pensamento de maneira lógica, coerente e rigorosa para planejar o trabalho docente tanto de uma aula, quanto de um projeto. Em nossa concepção, trata-se de uma maneira de estruturar de modo simples e claro a coerência entre os objetivos de ensino e as premissas da aprendizagem significativa para o estudante (BACICH, MORAN, 2018, p. 337).

Assim, para a sequência aplicada, foram utilizadas três aulas para o desenvolvimento das atividades. No primeiro encontro, apresentaram-se modelos em 3D dos aparelhos

reprodutores masculino e feminino, feitos com isopor e E.V.A (Etil vinil acetato, popularmente conhecido como emborrachado). Os alunos foram incentivados a montar parte de um corpo humano contendo as estruturas dos aparelhos reprodutores. Em seguida, os alunos tiveram que identificar cada uma das partes, montá-los em uma folha de isopor e apresentar. A sala foi dividida em grupos: um primeiro grupo ficou responsável pelo sistema reprodutor masculino e o outro com o feminino (figuras 2 e 3).

Ainda no primeiro encontro, os alunos foram estimulados a desenvolverem uma pesquisa sobre o sistema reprodutor e trazerem na aula seguinte para discussão. No segundo encontro, os alunos expuseram suas pesquisas e trouxeram muitos questionamentos acerca da questão sexual. Neste momento, houve a oportunidade de analisar as pesquisas, direcionar e separar as dúvidas e explicá-las. Já no último encontro, foi apresentada uma aula explicativa e dialogada que buscou nortear o conteúdo ao funcionamento e comportamento dos órgãos durante a puberdade, relacionado o assunto à gestação e à prevenção da gravidez.

Figura 2 - Sequência didática sobre Sistema Reprodutor Humano: em A, apresentação da sequência aos alunos; em B, confecção do sistema reprodutor masculino.



Fonte: Autoria Própria

Figura 3 - Exibição das maquetes do sistema reprodutor feminino



Fonte: Autoria própria

A segunda sequência didática desenvolvida com as turmas foi específica para o projeto, tendo como base as consequências de uma gravidez indesejada e sua prevenção, bem como a prevenção das IST (apêndice 4). Para isso, foram utilizadas quatro aulas da grade curricular normal de Biologia.

Por meio de temas geradores, iniciaram-se as atividades da sequência didática com os seguintes questionamentos: Quais mudanças estão sujeitos os adolescentes que engravidam? Como evitar uma gravidez precoce? O que é e como desenvolvem as IST?

Nesse primeiro momento, os alunos discutiram, conforme seus conhecimentos prévios, aquilo que na percepção deles seriam as respostas, elaborando as hipóteses sobre os questionamentos abordados. Cabe aqui destacar que para Bacich e Moran (2018), o uso da metodologia da problematização “ensinar” significa criar situações para despertar a curiosidade dos alunos. Nesse contexto, a problematização permite ao aluno pensar concretamente, questionar a realidade, bem com construir conhecimentos para transformá-la.

A investigação a partir de temas geradores ou de perguntas mobilizadoras que emergem do contexto ancora socialmente a problematização e a solução de problemas e fortalece a percepção do conhecimento pertinente. Com isso, o professor-autor não fragmenta o processo de estudo e estimula o engajamento cognitivo e o enfoque profundo dos estudantes (MOREIRA, 2011 apud BACICH, MORAN, 2018, p. 350).

Na aula seguinte, foram apresentados dois vídeos: documentários sobre adolescentes que engravidaram e expõem suas dificuldades sociais, educacionais e econômicas. Um dos vídeos foi produzido em conjunto pelas Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação de Palmácia no Ceará, e está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=1Zg7FUrAxVE>. Esse vídeo aborda a fala das três Secretárias do município que dialogam sobre as principais consequências da gravidez precoce no cotidiano das adolescentes, além do depoimento de três adolescentes que engravidaram e que tiveram de abandonar os estudos precocemente.

Já o segundo vídeo foi o documentário “Meninas Mães”, produzido pela Universidade de Ubera – Uniube, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1B7s71kAk_g. Nesse documentário, pôde-se acompanhar o cotidiano de adolescentes que largaram os estudos para cuidar dos filhos, além de fazer uma análise das consequências que a gravidez precoce traz na vida das jovens mães.

Após a apresentação dos vídeos, ocorreram ainda mais discussões sobre o conteúdo abordado (figura 4).

Figura 4 - Discussão sobre gravidez na adolescência, turma do ciclo V.



Fonte: Autoria própria.

Alguns alunos relataram fatos pessoais, relativos ao seu cotidiano e experiências próprias e diálogos sobre a gravidez na adolescência.

Quando eu fiquei “de bucho”, eu tinha só 15 anos, eu já morava com meu marido e foi muito normal, eu não estudava que ele não deixava e vivia em casa. (J.M. 56 anos).

Minha mãe diz que se eu engravidar que vá morar na casa da minha sogra, que não quer que eu fique em casa, e já avisou que a boquinha acaba, que eu vou ter que deixar de ir pras festas e estudar pra ficar com o pirralho (E.S. 18 anos).

Um dos alunos mais velhos da sala trouxe o seguinte depoimento:

No meu tempo não existia isso não, a gente se juntava cedo, eu arrumei a mulher que eu vivo eu tinha 15 anos, meu pai me deu umas contas e eu fui trabalhar no roçado e ela ficou em casa cuidando do almoço. Hoje eu “tô” com 65 e meu mais velho tem 46 anos. E a gente “num” falava sobre “esses negócio” não (J.B. 65 anos).

Percebe-se, por meio dos comentários dos alunos, que ainda existe uma lacuna sobre o conhecimento e que ainda há barreiras para o diálogo familiar especialmente, a respeito da temática base desse estudo.

Muitos alunos comentaram o fato de que a maior responsabilidade da gravidez na adolescência recai sobre as mulheres. A maioria das alunas descreveu que para os homens está tudo normal, já que muitos vão continuar a vida despreocupadamente, pois jogam, segundo elas, a responsabilidade de cuidar dos filhos para a mãe. Essa perspectiva revela mais uma vez o lado da sociedade completamente patriarcal, machista, que discutimos no pré-teste. Percebe-se ainda o quanto é importante o diálogo sobre a prevenção da gravidez, de maneira propondo que as responsabilidades com a criança são de ambos os pais, que devem discutir sobre o uso do preservativo, bem como acerca do acompanhamento da gestação e criação dos descendentes.

Diante da discussão, o relato de uma das adolescentes do ciclo V chamou a atenção justamente por apresentar essa visão machista da sociedade.

Quando eu fiquei grávida no ano retrasado, o meu ex-namorado, ficou brabo queria que eu tirasse, quando eu dei a luz, os “pariceiros” dele fizeram uma festa cheia de cachaça. Mais cadê que ele quer saber da menina, toda vez pra dar o leite e as fraldas eu tenho que ir na casa da mãe dele. Ele tá lá jogando bola e eu foi quem se fudeu (S.M. 18 anos).

Diniz (2010) relata que essas são algumas das maiores dificuldades encontradas pelas adolescentes, principalmente nas classes mais baixas. Segundo a autora, devido à necessidade de trabalhar e ajudar no sustento de sua família, a gravidez na adolescência se constitui como um agravante no processo de formação do jovem com consequências para sua vida adulta.

Assim, a gravidez na adolescência é resultado de um conjunto de fatores estruturais da sociedade. Dentre estes estão os culturais econômicos e sociais. Portanto, ela desencadeia uma crise sistêmica caracterizada por um período temporário de desorganização, precipitado por mudanças internas ou externas. Tanto a adolescência quanto a gravidez são crises, sendo a primeira necessária e imprescindível para o desenvolvimento humano, enquanto a segunda pode ser desestruturante, pois pode apresentar pesada carga emocional, física e social, fazendo com que não sejam vivenciados importantes estágios de maturação psicosssexual (DINIZ, 2010, p. 18).

No terceiro momento da oficina, discutiu-se sobre as IST apresentadas por meio de *slides* no projetor. Exibiram-se algumas doenças causadas por vírus, bactérias e protozoários. Ao término da apresentação, foi notório o espanto na fisionomia dos alunos e, naquele momento, discursou-se um pouco mais sobre AIDS. Ao fim, houve um espaço aberto para a exposição de dúvidas; as mais recorrentes foram se há cura para as infecções apresentadas.

Sobre a abordagem das IST na escola, o PCN preconiza que:

Reconhecem-se, portanto, como intervenções mais eficazes na prevenção da Aids, as ações educativas continuadas, que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas e de discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas preventivas. Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de trocas, convívio social e relacionamentos amorosos, a escola constitui-se em local privilegiado para a abordagem da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids, não podendo se omitir diante da relevância dessas questões (BRASIL, 1999, p. 293).

No último momento da sequência didática, uma atividade lúdica foi desenvolvida. Dividimos a sala em duas equipes: uma defenderia o sexo sem o uso de métodos contraceptivos, e a outra defenderia o uso dos métodos contraceptivos nas relações sexuais. A escolha do grupo foi aleatória e feita da seguinte forma: em um saquinho havia papéis com o termo G1, referente ao grupo 1, e papéis com o termo G2, referente ao grupo 2; cada aluno pegou um papel e, assim, se formaram os grupos. Em seguida, um representante sorteou o tema que cada grupo defenderia. Após o sorteio, o grupo 1 defendeu o não uso dos métodos contraceptivos, e o grupo 2 fez a defesa da utilização desses métodos.

A atividade se configurou de forma bastante dinâmica e participativa. O grupo que defendia o não uso utilizou ditados populares como “não se chupa bala com casca”, “onde já se viu utilizar o presente embrulhado”, “sexo sem camisinha é mais gostoso”. Já o grupo que defendia o uso de métodos argumentou sempre que “os riscos não compensavam”, que era “melhor se prevenir do que remediar”. Ao término das discussões, pôde-se analisar a importância da dinâmica para construir uma postura crítica no desenvolvimento das ações. No

fim, ambos os grupos estavam defendendo o uso dos métodos contraceptivos, tanto relacionando à gravidez indesejada quanto à prevenção das IST.

5.3 Oficinas para a construção do *Blog*

Diante da ação de protagonismo dos alunos da EJA, realizou-se a segunda oficina, voltada para a confecção de um *blog* educacional com foco no conteúdo de prevenção à gravidez na adolescência e à prevenção às IST.

Para Seabra (2010) *blogs* são importantes formas de comunicação os quais permitem que seus autores se expressem de acordo com suas convicções e visões de mundo, o que permite que outras pessoas leiam e registrem suas perspectivas acerca dos textos postados. Dessa forma, compreende-se que o *blog* é uma ferramenta que favorece o protagonismo estudantil, fazendo com o aluno decida o que deve ou não ser escrito.

Cabe aqui destacar que antes da aplicação da oficina, verificou-se se todos os alunos possuíam celular do tipo *smartphone*, além de ferramentas de rede sociais, tais como *Whatsapp* e *Facebook*. Constatou-se que todos os alunos frequentadores da EJA possuíam esses requisitos. Rangel e Freire (2012) afirmam que o advento dos celulares inteligentes propiciou a exploração da aprendizagem móvel, permitindo que aulas, áudios, séries dramatizadas em vídeos, entre outros, fossem transmitidos enquanto uma pessoa transita entre uma cidade e outra. O autor também afirma que o uso do aparelho em sala de aula permite que o professor dinamize suas aulas, aguçando o aprendizado do aluno por meio de aplicativos mais complexos.

A partir de então, começaram as orientações para a criação do *blog*. Utilizou-se como ferramenta o *blogger* do *Google*. Essa é uma ferramenta livre, gratuita, disponível para aqueles que possuem conta *Gmail*. Para o início da oficina, contou-se com o apoio do Professor Luciano Brito da Cunha, uma vez que ele possui cursos de microprocessamento e manutenção de microcomputadores. Luciano desempenha na escola a função de monitor de informática, o mesmo apresentou um *blog* já organizado e explicou cada uma das configurações da elaboração de um *blog*. Em seguida, formaram-se grupos de alunos e foram distribuídos alguns *notebooks*, material esse disponibilizado por mim – o pesquisador - e pelo professor Luciano, uma vez que a escola não dispunha de computadores para os alunos (figura 5). Após a explicação, os alunos foram criando *blogs* pessoais, utilizavam o *notebook* e com os seus celulares alimentaram o *blog* pessoal com as informações e textos. Para esse projeto, utilizamos duas aulas por turma.

Figura 5 - Aula prática de como construir um *blog*.



Fonte: Autoria própria

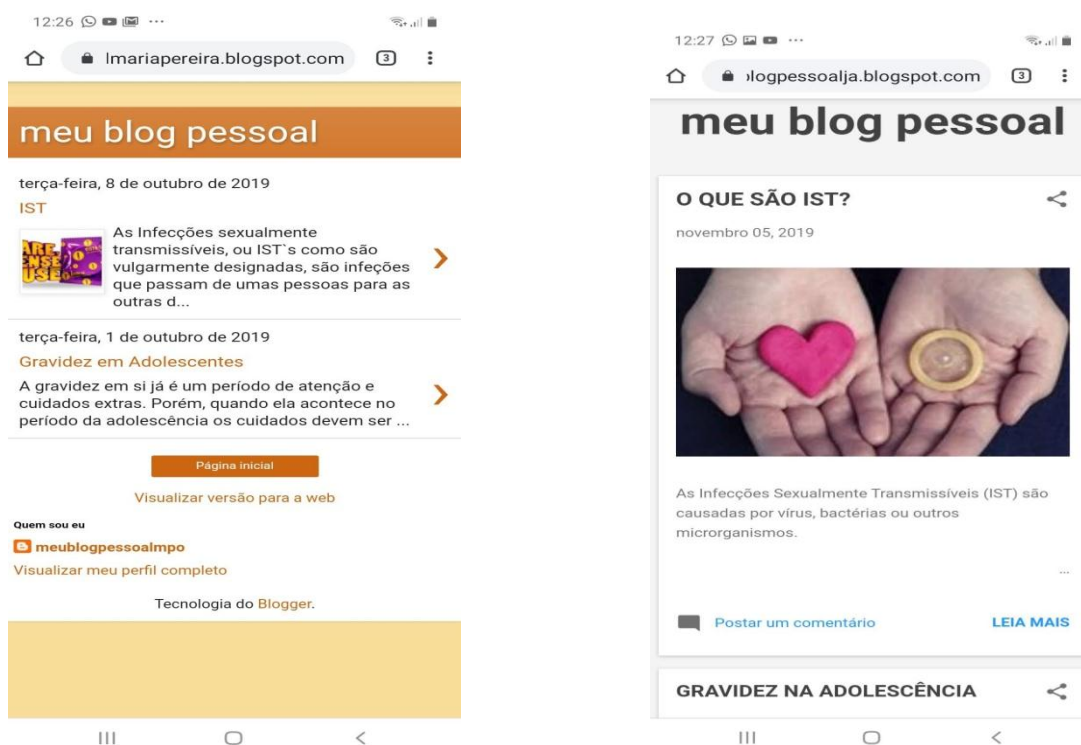
Os alunos com mais idade demonstraram dificuldades e, portanto, precisaram de uma atenção maior. Já os mais jovens conseguiram desenvolver bem o *blog* pessoal.

Dando continuidade às oficinas, os alunos passaram a pesquisar o tema com o uso do celular: conteúdos para a criação alimentação de seus *blogs*. A turma do ciclo V inicialmente pesquisou sobre gravidez na adolescência, enquanto a turma do ciclo VI pesquisava sobre prevenção de IST. Em outra aula, se propomos que as pesquisas fossem permutadas. Mais uma vez, percebemos que os alunos mais velhos apresentavam muitas dificuldades, principalmente em transcrever para o *blog* o conteúdo que pesquisavam, portanto se dedicou mais atenção a esse grupo de alunos.

Para Rangel e Freire (2012), o leitor do hipertexto é também o seu autor, uma vez que ele escolhe o seu caminho por meio dos *hyperlinks*, que ligam diferentes textos e contextos. O aluno que faz uso de hipertexto é um aluno reflexivo que desperta por aprender; ele infere, questiona, flexibiliza o diálogo. Além disso, Seabra (2010, p. 22), define *hipertexto*, como sendo a “apresentação de informações escritas, organizadas de tal maneira que o leitor tem liberdade de escolher vários caminhos, a partir de sequências associativas possíveis entre blocos vinculados por remissões, sem estar preso a um encadeamento linear único”.

Os *blogs* criados por alunos continham informações sobre o conteúdo pesquisado pelos próprios alunos. A partir de então, começamos a divulgar entre os outros colegas das turmas para que houvesse socialização (Figura 6).

Figura 6 - Modelo de *blogs* produzido por alunos da EJA.



Fonte: Internet explorer

É imprescindível destacar que existem inúmeras vantagens para a construção de um *blog*, principalmente por ele ter um alcance maior do que algo escrito e impresso. Para Seabra (2012), uma das vantagens do *blog* está no fato de que os alunos podem discutir entre eles o conteúdo de sala, interagindo, inclusive, com pessoas que não participaram da atividade. Entre outras, o autor também destaca como vantagem a disponibilização de materiais de consulta e apoio, além de imagens, *links*, mapas e gráficos.

5.4 Seleção e análise dos textos para a construção do *blog* educacional.

Depois da atividade, para que os alunos tivessem o conhecimento sobre como evitar gravidez na adolescência e IST, por meio da construção de *blogs* individuais, de forma que cada aluno pudesse investigar conteúdos sobre o assunto, iniciou-se o processo de seleção e análise dos conteúdos para a construção de um único *blog*, que terá como iniciativa a divulgação do conteúdo.

Para a construção desse *blog* educacional sobre prevenção a gravidez na adolescência e prevenção a IST, também foi utilizada a ferramenta *Blogger*, disponível a todos e gratuita, que permite a divulgação e disseminação das informações.

Boa parte do material coletado pelos alunos e apresentado em seus “*blogs pessoais*” continha material retirado de fontes diversas. Mesmo alertando-os de que era importante identificar de onde essas fontes eram provenientes, muitos alunos não identificaram a origem do conteúdo, e o trabalho inicial foi de identificar a origem desse material. Depois de analisado o conteúdo, começou-se o preparo material do tipo imagem a ser postado no *blog*, sempre de uma forma a garantir que a leitura fosse interessante (figura 7).

Para isso, foi feita uma seleção no conteúdo, pois muitas informações postadas pelos alunos pertenciam a portais como o “UNAIDS” e o “Instituto Lado a Lado”. Essa atuação foi importante, pois é imprescindível mencionar a fonte de origem da informação ao citá-las no *blog*. Com o uso de *Software* simples como, o *Microsoft PowerPoint* e o *Paint*, organizamos os itens e os enquadramos em forma de apresentações. Em seguida fizemos as postagens no *blog*.

Figura 7 - Imagem do *blog* de atuação.



Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

O *blog* constituiu uma importante ferramenta na divulgação da pesquisa, não só no meio escolar, mas também em toda a comunidade, uma vez que o acesso pode ser feito pelo

celular. As informações contidas nos *blogs* dos alunos foram analisadas e servirão de base para que os educandos e suas famílias, amigos e vizinhos possam ter conhecimentos sobre os métodos de evitar gravidez indesejada, bem como os riscos de uma gravidez precoce na adolescência, além de como se prevenir contra as IST.

Nesse contexto, cabe destacar que, como aponta Carvalho (2018), o uso do computador é muito importante. Segundo o autor, o computador é o principal produto das TDIC, pois é rico em recursos audiovisuais, possibilitando o entrecruzamento de imagens, sons, textos e diversos *softwares* educativos. No entanto, o *blog* pode ser visualizado por meio do celular (Figura 8), basta que o leitor tenha acesso à *internet*. Portanto, o uso do *blog* como ferramenta curricular proporciona aos alunos um estímulo na aprendizagem.

No *blog*, o conhecimento está dividido e bem organizado. Existe uma estrutura na distribuição do conteúdo para aqueles que quiserem navegar direto para um conteúdo, além da opção “marcadores”, que direciona a pesquisa a um contexto específico.

Figura 8 - Imagem do *blog* via celular.



Fonte: Autoria própria

5.5. Análise do *Blog* e Pós-teste

O uso do *blog* é visto como uma ferramenta ímpar para a divulgação de informações, por ampliar o alcance do conteúdo para além do espaço escolar formal. Segundo Rangel e Freire (2012), o uso criativo da *internet* pode ser aproveitado na aprendizagem de conteúdos curriculares. Portanto, o uso da ferramenta digital é capaz de proporcionar que o conteúdo curricular seja mais bem desenvolvido com os estudantes. Além disso, para os autores, a produção de mídias escolares pode ser implementada por meio de *blog*. No entanto, deve-se reafirmando a importância da moderação, para que o uso da *internet* contribua com a leitura, a interpretação e a produção de textos, com atenção e perspicácia crítica.

O acesso ao *blog* pode ser feito pelo site: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>. As postagens nele contidas são editadas em forma de imagem, para que os assuntos tornem-se atrativos aos leitores. Ao final da imagem, há sempre uma consideração feita sobre o que está exposto. Ao fim da postagem, há um espaço específico para os comentários daqueles que acessam o *blog*. Alguns desses comentários seguem a seguir:

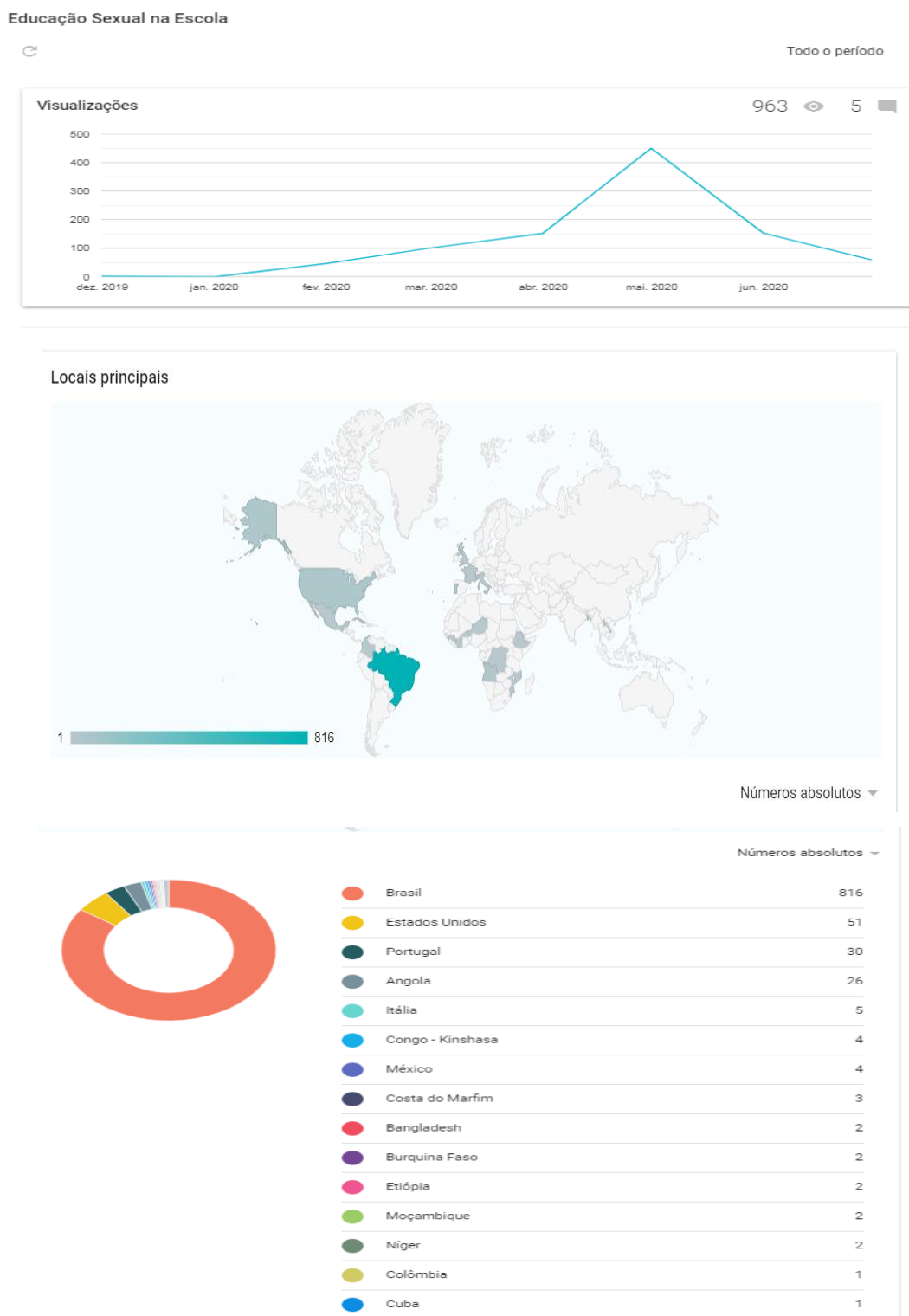
Importantíssimo debater essa temática em sala de aula o aprofundamento do assunto quebra tabus e preconceitos contribuindo positivamente na vida dos nossos jovens (AUTOR NÃO SE IDENTIFICOU).

Professor foi muito importante agente participar dessas aulas, ajudaram muito agente, passamos a conhecer melhor os riscos de uma IST e identificamos os melhores meio de prevenção da gravidez (MEUBLOGJA).

O alcance do *blog* é de nível mundial, e o contador presente na página representa o total de pessoas que o acessam para efeito de pesquisa e conhecimento do assunto sobre gravidez indesejada na adolescência, prevenção de gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, além do repertório de atividades feitas entre os alunos e o corpo docente da escola, como palestras sobre prevenção ao câncer de mama e o câncer de próstata.

Inicialmente o *blog* foi liberado para acesso ao público no dia 10 de março de 2020 e, até o dia 06 de julho de 2020, o contador registrava um total de 966 visualizações de página. Por meio do painel de controle, foi possível identificar que a maioria dos pesquisadores do *blog* eram brasileiros, mas também havia pesquisadores dos Estados Unidos, Angola, Portugal, Itália, Cuba, Moçambique, México entre outros países.

Figura 9 - Em destaque a origem do público que acessaram o *blog*.



Fonte: <https://www.blogger.com/u/1/blogger.g?blogID=3642160119036972040#overviewstats>

É importante assegurar que para a construção do *blog*, usando a ferramenta *Blogger*, é necessário possuir uma conta *Gmail*. Ao lado da foto de usuário, há o comando *Apps Google* e, ao clicar nessa opção, basta procurar o aplicativo *Blogger*, clicar na caixa “Criar o seu

blog”; em seguida criar um perfil, a partir de uma conta pré-existente. Na página do *Blogger*, é necessário escolher um título e um endereço. Realizada essas etapas, o *blog* está pronto para ser editado, escolhendo um *layout*, o perfil do *blog* e começando a produzir as novas postagens.

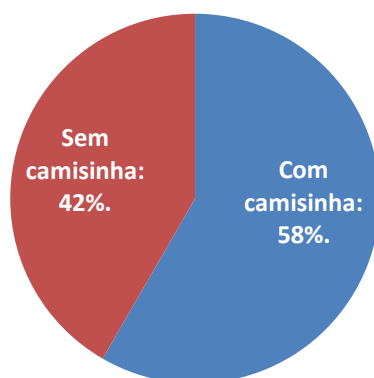
O *blog* criado será sempre atualizado com novas informações, e isso será feito com o cotidiano escolar para que o acesso de novos estudantes seja efetivado, ou seja, as novas turmas que se seguirem à turma de construção do *blog* poderão também, alimentá-lo (figura 10, anexo 2).

Após a construção do blog, o questionário foi reaplicado, com os mesmos alunos com que se iniciou a pesquisa. Nas discussões do pós-teste, levou-se em consideração apenas os subtópicos 3 e 4. Sobre o subtópico 3, quando se perguntou a faixa etária em que se compreende o indivíduo como adolescentes, 100% da turma identificou o tempo que determina o ECA, de 13 aos 18 anos. Cabe destacar que anteriormente, no pré-teste, apenas 41% dos alunos identificaram a faixa etária correta (gráfico 6).

Além disso, 100% dos alunos alegaram conhecer os riscos de uma gravidez na adolescência, o que significou um aumento de 27% comparado com o gráfico 7.

Todos também marcaram que conheciam os métodos contraceptivos e que, inclusive, fazem uso de alguns deles. Mesmo assim, 42% dos participantes disseram que preferem sexo sem camisinha (gráfico 15), uma redução de 33% comparando com o gráfico 9, anteriormente aqui descrito, o qual reflete o pré-teste. Também percebeu-se que todos marcaram a opção a qual conferia conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis, bem como o seu papel no risco de contaminação.

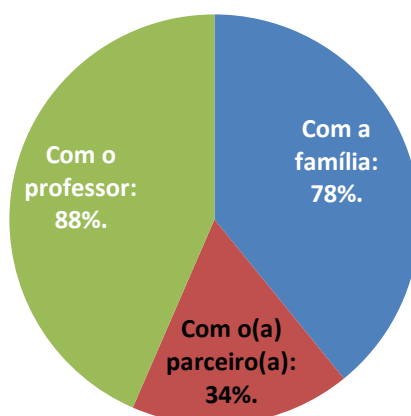
Gráfico 15 - Pós-teste. O uso ou não de camisinha na relação sexual.



Fonte: Autoria Própria

A respeito da análise do tópico 4 na aplicação do pós-teste, encontrou-se uma diferença significativa em relação à facilidade com que os alunos têm em dialogar com o professor. Quando perguntados com quem os alunos gostam de conversar sobre assuntos relacionados a sexo, obteve-se o seguinte resultado: eles podiam marcar até duas alternativas, por isso o somatório será maior do que 100%, (gráfico 16).

Gráfico 16 - Pós-teste. Com que gosta de dialogar sobre o assunto sexualidade.



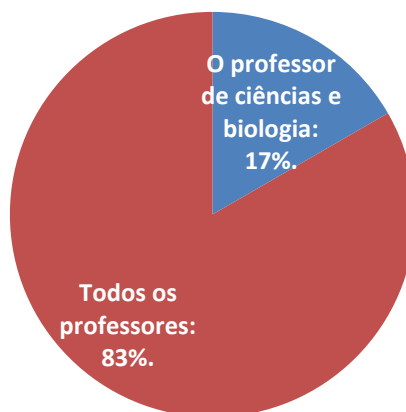
Fonte: Autoria Própria

Diante disso, percebe-se que o desenvolvimento das atividades em sala de aula proporcionou maior aproximação entre professor e alunos, já que estes passaram a sentir mais conforto em dialogar com aquele sobre o assunto da temática. Já em relação ao pré-teste (gráfico 12), nenhum dos 24 alunos apontou que gostava de dialogar com o professor assuntos sobre sexualidade. Assim, após o resultado do trabalho, 88% dos alunos revelaram que se sentem seguros em dialogar com o professor. Esse resultado indubitavelmente reflete a qualidade do trabalho desempenhado em sala de aula.

Todos os alunos acharam que o assunto sobre gravidez na adolescência e prevenção sobre as IST deveria ser comentado na escola. Quanto à pergunta: qual professor deve ser responsável por falar sobre esses assuntos na escola, houve uma grande mudança de opinião, comparando o primeiro com o segundo momento de aplicação do questionário: um total de 83% afirmou que o conteúdo deve ser administrado por todos os professores e não apenas por professores de ciência/biologia (gráfico 17). Anteriormente, no pré-teste, essa mesma identificação foi observada por apenas um aluno, 4% (gráfico 14). No pós-teste, observou-se,

pois, um aumento de 79%, identificando que os alunos reconhecem que cabe a todos os professores dialogar sobre a sexualidade na escola.

Gráfico 17 - Pós-teste sobre qual professor é responsável por informar sobre gravidez e IST na escola.



Fonte: Autoria Própria

Entende-se que essa mudança significativa é imprescindível para que a comunidade escolar entenda que é dever de todos os professores o processo de orientação dos jovens e dos adultos quanto à prevenção de gravidez na adolescência, bem como a prevenção de IST. Para Almeida e Luz (2014), a educação sexual, por não ser vista como parte do currículo escolar, é muitas vezes abandonada pelos profissionais da escola. Dessa forma, compreende-se que cabe a todos os professores da escola desempenhar seu papel com relevância e possibilitar aos alunos um aprender qualificado e crítico, oferecendo a oportunidade de debates e discussões acerca de temas variados e ligados à vida dos alunos.

Além disso, percebe-se que o retorno dos alunos ao *blog* foi muito útil. Mesmo assim, pode-se perceber que esse retorno não é algo exclusivo para o momento, por se tratar de algo presente na *Web*. Acreditamos, assim, que as informações poderão ser vistas por milhares de pessoas. Outro ponto importante é que o *blog*, como já foi especificado, vai continuar sendo alimentado com novas informações, e as que já estão lá são bastante pertinentes aos dias atuais. Isso demonstra o caráter educativo do *blog*, que ficará ativo, dando continuidade ao projeto por anos, com novos alunos da rede pública de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *blog* é um produto muito importante para a disseminação da informação, além de ser prático e fácil de ser produzido. Ademais, professores em outras disciplinas podem produzi-lo, seguindo os mesmos passos que foram desenvolvidos na presente pesquisa (figura 10, anexo 2).

O *software Blogger* é uma ferramenta muito fácil de ser utilizada. O criador do *blog* escolhe o modelo e começa as postagens, que podem ser diárias ou semanais. O *blog* criado como resultado desse estudo sobre prevenção à gravidez indesejada e prevenção às IST será atualizado frequentemente e, para isso, contará com o apoio da direção da escola e da secretaria municipal de educação de São Miguel de Taipu.

Além disso, as novas turmas de EJA darão continuidade ao projeto. Assim, o *blog* não será restrito ao desenvolvimento desse TCM, já que pretendemos torná-lo parte integrante do conteúdo escolar da Educação de Jovens e Adultos do município, bem como utilizá-lo para pesquisa por outros professores, alunos de outras escolas ou pessoas que não estão necessariamente envolvidas com o ambiente acadêmico.

Atualmente o produto tem um alcance amplo, sendo visitado por usuários até de outros países, o que demonstra a utilidade do produto e a visibilidade dele (anexo 3). Os conteúdos serão sempre atuais e discutirão temas ligados ao cotidiano do aluno.

Sobre as sequências didáticas realizadas, tivemos um avanço, que foi demonstrado no pós-teste, na melhoria no conhecimento e na conquista do conteúdo por parte dos alunos.

Por fim, entende-se que cumprimos o objetivo do programa PROFBIO, que visa a formação de um profissional capacitado e condizente com as diretrizes de uma metodologia ativa. Buscaremos sempre inserir o aluno por meio de uma problematização dentro do conteúdo, tornando-o um ser crítico e construtivo, fruto do seu protagonismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. CORSO, Angela Maria. **A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos históricos e Sociais**. Anais do XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf, visualizado em 04 de janeiro de 2020.

ALMEIDA, Kaciane Daniella; LUZ, Nanci Stancki da. **Educação Sexual: uma discussão para a escola?** 1º ed. Coritiba-PR: Appris, 2014.

ALMEIDA, Lília Bilati de. PAULA, Luiza Gonçalves de. CARELLI, Flávio Campos. OSÓRIO, Tito Lívio Gomes. GENESTRA, Marcelo. **O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informática, Volta Redonda-RJ, Vol. 2, Nº 1. p. 55-67, jan de 2005.

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras**. 2008. 174 p. (Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

AZEVEDO, Maria Cristina P. Stella **Ensino por investigação: problematizando as atividades em sala de aula**. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AZEVEDO, Aline Pereira de; PAIVA, Paulo Henrique Azevedo da Silva; COSTA, Ana Maria Morais. **Gênero e sexualidade no P.N.E. (2014-2024): Discursos e sujeitos mp contexto Mossororenses**. Publicado nos Anais do II Congresso Nacional de Educação-Conedu. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID8454_09092015101307.pdf, visualizado em 12 de fevereiro de 2020.

BACICH, Lilian. MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 1 ed. Porto Alegre – RS: Penso, 2018.

BOMFIM, Cláudia. **Desnudando a Educação Sexual**. 1º ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Brasília-DF, Inep, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 2016.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília-DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum curricular**: Brasília-DF, MEC, 2019

CABRAL, Cristiane S. **Gravidez na Adolescência e Identidade Masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem**. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 19 n° 2, p. 179-195 jul/dez, 2002. Disponível em https://www.rebep.org.br/revista/article/viewFile/318/pdf_299, visualizado em 10 de março de 2020.

CAMPOS, Fátima. SILVA, Paulo Henrique Balduino. CARVALHO, Silvia Helena da Silva. SANTOS, Tania Regina Cruz. **Educação Sexual na EJA**. Brasília: Editora UNB, 2010.

CARVALHO, Rosiani. **As Tecnologias no cotidiano escolar: Possibilidades de articular o trabalho Pedagógico aos recursos tecnológicos**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1442-8.pdf>, visualizado em 18 de novembro de 2018.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. PALUDO, Simone dos Santos. SCHIRO, Eva Diniz Bensaja del. KOLLER, Silvia Helena. **Gravidez na adolescência: Análise contextual de risco e proteção**. Psicologia em Estudo, Maringá-RJ, v. 15, n° 1, p. 73-85, jan/mar. 2010.

CONTI, Larissa de Oliveira. **Tic e Educação em Sexualidade: O olhar dos/as formadores/as do projeto WebEducaçãoSexual**. 2018, 142 p. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciências e Letras) – UNESP, Araraquara-SP, 2018.

COSTA, Edvaldo Lima da. SENA, Maria Cristina Ferreira. DIAS, Adriano. **Gravidez na adolescência: determinante para prematuridade e baixo peso**. Revista Com. Ciências Saúde, Brasília-DF, Vol 22, N° 1, p. 183-188, 2011.

CUNHA, Emanuella Muriel. SANTOS, Silvana M. **Gravidez na adolescência: Um fenômeno social**. Disponível em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Emanuella-Muri%C3%A9l-Cunha.pdf> visualizado em 29 de setembro de 2018.

DEROSA, Marlon. **O que dizem estudos sobre eficácia da “abstinência sexual” para evitar a gravidez precoce**. Estudos Nacionais, São Paulo, 03 de janeiro de 2020, disponível em <https://www.estudosnacionais.com/20446/o-que-dizem-estudos-sobre-eficacia-da-abstinencia-sexual-para-evitar-a-gravidez-precoce/>, visualizado em 30 de abril de 2020.

DIAS, Ana Cristina Garcia. TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo**. Paidéia, Ribeirão Preto-SP, vol. 20, nº 45, 11 p. jan/abril, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2010000100015&script=sci_arttext visualizado em 30 de setembro de 2018.

DIAS, Daniela dos Santos Ferreira. **Mãos nos dispositivos móveis e olhos no futuro: A Educação de Jovens e Adultos em foco**. In: SILVA, Sidcley Cavalcante da (org). Tecnologias digitais e Aprendizagem Online. 1 ed. João Pessoa-PB: Libellus, 2017.

DINIZ, Nataly Carvalho. **Gravidez na adolescência: um desafio social. Curso de Especialização em atenção básica em Saúde da Família**. 2010. 32 p. (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – UFMG, Campos Gerais-MG, 2010.

FÁVERO, Bruno. **Como a ciência contradiz os planos de Damares para estimular a abstinência sexual entre jovens**. Os Fatos, São Paulo-SP, 14 de janeiro de 2020, disponível em <https://aosfatos.org/noticias/como-ciencia-contradiz-os-planos-de-Damares-para-estimular-abstinencia-sexual-entre-jovens/>, visualizado em 30 de abril de 2020.

FIEDLER, Milla Wildemberg. ARAÚJO, Alisson. SOUZA, Márcia Christina Caetano de. **A prevenção da gravidez na adolescência na visão de Adolescentes**. Revista Contexto Enfermagem, Florianópolis-SC, p. 30-37, jan/mar, 2015. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00030.pdf, visualizado em janeiro de 2019.

FIGUERÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3º ed. Londrina-PR: Edue, 2010.

FRANCHI, Silvester. e GÜNTHER, Maria Cecília Camargo. **Juvenilização da EJA: repercussões na Educação Física**. Motrivivência, Florianópolis-SC, v. 30, nº 53, p. 209-225, maio, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

GODOY, Diego Azevedo. **Educação em sexualidade no Brasil: Um tour histórico e seus importantes desdobramentos para a formação do educador e do desenvolvimento da área na educação escolar**. Revista Brasileira de Psico e Educ. Araraquara-SP, v. 20 nº. 2, p. 272-280, jul/dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11893>, visualizado em 20 de janeiro de 2020.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação Sexual: uma proposta, um desafio**. 4º ed. São Paulo-SP: Cortez, 1988.

HAMZE, Amélia. **A Educação de Jovens e Adultos**. Canal Brasil Escola, São Paulo. Disponível em: <https://educador.brasile escola.uol.com.br/trabalho-docente/a-educacao-jovens-adultos.htm>, visualizado em 03 de março de 2020.

HOLANDA, Marília Lima de. FROTA, Mirna Albuquerque. MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa. VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **O papel do professor na Educação Sexual de Adolescentes**. Cogitare Enfermagem, p. 702-708, out/dez, 2010. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/download/20371/13540>, visualizado em 11 de outubro de 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual**. Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp_nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf, visualizado em 30 de setembro de 2018.

MANUAL DE PREVENÇÃO A IST. **Diretrizes para implementação da rede de cuidados em IST/HIV/AIDS**. Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, 2017.

MODROW, Elizabeth Sant'Anna. SILVA, Márcia Barbosa da. **A escola e o uso das TIC: limites e possibilidades**. Coleção: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Curitiba-PR. Governo do Estado do Paraná, 2013.

MOLINA, Luana Pagano Peres; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico; SANTOS, Welson Barbosa. **Educação Sexual para uma formação integral**. Folha de São Paulo, São Paulo-SP, 04 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/educacao-sexual-para-uma-formacao-integral.shtml>, visualizado em 12 de fevereiro de 2020.

MORÁN, José. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. In SOUZA, Carlos Alberto de. MORALES, Ofelha Elisa Torres. (org) Coleção Mídias Contemporâneas. Vol. 2. Paraná: Editora UEPG, 2015.

MOREIRA, Lúcia Cabral. SOUZA, Gírlene Santos. ALMASSY. Rosana Cardoso Barreto. **O ensino de Biologia por Investigação e Problemática: uma articulação entre teoria e prática**. Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista. Vol. 5, nº 2, jul/dez, 2015. Disponível em <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/123456789/811>, visualizado em 22 de janeiro de 2020.

MORENO, Ana Carolina. GONÇALVES, Gabriela. **No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola**. São Paulo-SP, 31 de Maio de 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/no-brasil-75-das-adolescentes-que-tem-filhos-estao-fora-da-escola.html>, visualizado em 12 de fevereiro de 2020.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 4º ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.

OTT, Mary A. SANTELLI, John S. **Abstinence and abstinence-only education**. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5913747/#R38>, visualizado em 30 de abril de 2020.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira. PARENTE. José Reginaldo Feijão. BRANDÃO, Israel Rocha. QUEIROZ, Ana Helena Bomfim. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Revisão Integrada**. SANARE Revista de Políticas Públicas, Sobral-CE, Vol.15, nº 02. p. 145-153, jun/dez, 2016.

PINTO, Valdir Monteiro. BASSO, Caritas Relva. BARROS, Claudia Renata dos Santos. GUTIERREZ, Eliana Battaggia. **Fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis**: inquérito populacional no município de São Paulo, Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2423.pdf>, visualizado em 10 de julho de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2º ed. Novo Hamburgo-RS: FEEVALE, 2013.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Prática Docente em Sexualidade e Educação Sexual no Espaço escolar**. 1º ed. Curitiba-PR: Appris, 2014

RANGEL, Mary. FREIRE, Wendel. **Educação com tecnologia: texto, hipertexto e leitura**. Rio de Janeiro-RJ: Wak Editora, 2012.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê**. – Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2004

REIS, Ana Tereza Vendramini. **A importância das TICS e da Educação como processo comunicacional, dialógico no ensino superior**. 2016. 130 p. (Tese de Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo-SP, 2016.

SALVADOR, Marli; SILVA, Eliete Maria. **Programa Saúde na Escola: Saberes e diálogos na promoção da educação sexual de adolescentes**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, vol. 51, dez, 2017. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100454&lng=pt&tlng=pt, visualizado em 12 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Gravidez na Adolescência no Brasil: Vozes de Meninas e de Especialistas**. Brasília: INDICA, 2017.

SANTOS, Tatiani Bellettini dos. FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. **A orientação sexual no programa de Educação de Jovens e Adultos do município de Criciúma**. Disponível em:

[http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper /viewFile/2809/822](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2809/822) visualizado em 09 de outubro de 2018.

SEABRA, Carlos. **Tecnologias na escola**.- Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais, 2010.

SEMIS, Laís. **“Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim?** Nova Escola, São Paulo-SP, 11 de Abril de 2017. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>, visualizado em 12 de fevereiro de 2020.

SEVILLA, Gabriele. SEFFNER, Fernando. **A guinada conservadora na Educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola**: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_texto_completofazendogeneroversaofinalgabriellasevillaefernandoseffner.pdf, visualizado em 10 de dezembro de 2019.

SILVA, Maria Janoelma França. **Gravidez na adolescência e evasão escolar**. 2016, 69 p. (Monografia da Licenciatura em Educação do Campo) - UFCG, Sumé-PB, 2016.

SILVA, Susanne Pinheiro Costa e. BARBOSA, Andressa Pereira Peixoto. ARAÚJO, Carla Santos. SILVA, Tuanny Italla Marques da. SANTANA, Rebeca Nunes. **Discutindo sexualidade/ist no contexto escolar: práticas de professores de escolas pública**. Revista de Enfermagem UFPE on line, Recife-PE, 10(Supl. 5) p. 4295 – 4303, nov., 2016.

SILVA, Antonio Ozaí. **O pensamento conservador**. Revista espaço acadêmico, 2010. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/9912/5472/0> Visualizado em 20 de junho de 2020,

SOARES, Marina Nunes Teixeira. GASTAL, Maria Luiza. **Educação sexual para Jovens e Adultos**: Contribuições ao Ensino de Ciências à luz de uma abordagem emancipatória. Anais do IV ENEBIO e II EREBIO da Regional 4, Goiânia, 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/236210067_EDUCACAO_SEXUAL_PARA_JOVENS_E_ADULTOS_CONTRIBUICOES_AO_ENSINO_DE_CIENCIAS_A_LUZ_DE_UM_A_ABORDAGEM_EMANCIPATORIA, visualizado em 09 de outubro de 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Abstinência sexual na Adolescência: o que a ciência evidencia como método de escola para a prevenção de gravidez na adolescência: Disponível em <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/abstinencia-sexual-na-adolescencia-o-que-a-ciencia-evidencia-como-metodo-de-escolha-para-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia/>, visualizado em Janeiro de 2020.

TABORDA, Joseane Adriana. Silva, Francisca Cardoso da. ULBRICHT, Leandra. NEVES, Eduardo Borba. **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômica entre elas.** Caderno de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2014.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA		
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE BIOLOGIA - PROFBIO		
Escola: Centro Integrado de Ensino Municipal Henrique Vieira		
Professor: Tiago Teodósio	Disciplina: Biologia:	Turma

Educação Sexual: Uma abordagem preventiva da gravidez indesejada na adolescência, em turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Prezado (a) Aluno (a),

Com a finalidade de obter informações para alimentar o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Mestrado, do mestrando, Tiago Teodósio Frutuoso de Lima, vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia - PROFBIO da Universidade Federal da Paraíba vem, por este meio, solicitar sua colaboração, participando do estudo por meio do questionário abaixo:

Respeitando os princípios éticos da pesquisa com humanos, e diante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que outrora o Sr(a) já assinou, asseguro-lhe que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicidade dos resultados.

Questionário da Pesquisa

1. Identificação Pessoal

Nome: (não é obrigatório) _____
 Código _____
 Idade: _____ Sexo: _____ Residência ☐ Zona Rural
 Turno: _____ ☐ Zona Urbana
 Ocupação: ☐ Apenas estuda
☐ Trabalha e estuda

2. Pré-Requisitos para o questionário

Já possui filhos? ☐ Sim Quantos? _____ Com qual idade tornou-se pai/mãe: _____
☐ Não
 Você recebeu informação sobre gravidez durante sua adolescência? ☐ Sim
☐ Não
 Sua família dialoga temas como: Sexo, Gravidez e/ou IST: ☐ Sim
☐ Não

3. Contextualização

1. Qual é a faixa etária de adolescentes?
☐ entre 10 e 15 anos ☐ entre 12 e 15 anos ☐ entre 13 e 18 anos ☐ de 13 até os 21 anos
2. Você conhece os riscos de uma gravidez na adolescência?
☐ SIM ☐ NÃO
3. Conhece meninas que engravidaram com menos de 18 anos?
☐ SIM ☐ NÃO
 Quantos anos? _____
4. Conhece algum método contraceptivo (métodos que evitam a gravidez)?
☐ SIM ☐ NÃO
 Cite algum! _____
5. Você já usou algum destes métodos?
☐ SIM ☐ NÃO
6. O uso de camisinha pode causar alguma doença?

() SIM () NÃO

7. É preferível Sexo COM ou SEM camisinha?

() COM () SEM

Por quê?

8. O que você pensa sobre gravidez indesejada na adolescência?

() Normal () Preocupante

9. Você já ouviu algo sobre IST?

() SIM () NÃO

10. Marque o que significa IST?

() Infecção Sexualmente Transmissível () Instrução Sexual tendenciosa () não conheço

11. A quem cabe o papel de se prevenir contra IST e gravidez?

() HOMEM () MULHER () AOS DOIS

4. Interdisciplinaridade

12. Com quem gosta de conversar assuntos relacionados ao sexo?

() com a família () com o parceiro () com o professor () não se sente a vontade para falar.

13. Algum professor durante o ano passado fez alguma campanha sobre IST e gravidez na adolescência?

() SIM () NÃO

14. Já participou sobre alguma palestra sobre sexualidade?

() SIM () NÃO

15. A Educação Sexual é importante e deve ser tratada em Sala de Aula?

() SIM () NÃO

16. Na Escola de quem é o dever de falar sobre Educação Sexual?

() Ao professor de Ciências/Biologia () De todos os professores () De ninguém.

() Outro: _____

17. Você sabia que no ECA (Estatuto da Criança e Adolescente): A educação para prevenção da Gravidez na Adolescência, é obrigatório nas escolas?

() SIM () NÃO

Obrigado pela Atenção e dedicação.

Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM PREVENTIVA DA GRAVIDEZ INDESEJADA NA ADOLESCÊNCIA, EM TURMAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, desenvolvida por **TIAGO TEODÓSIO FRUTUOSO DE LIMA**, aluno regularmente matriculado no **PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BIOLOGIA - PROFIBIO** do Centro de **CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CCEN** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor **TEMILCE SIMÕES DE ASSIS**.

Os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral

Elaborar cartilha digital didática via blog, instrutiva com ilustrações capazes de informar aos alunos da EJA sobre os métodos contraceptivos existentes, e alertar sobre os riscos de uma gravidez indesejada e IST.

Objetivos Específicos

Investigar o conhecimento inicial dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, sobre o uso de métodos contraceptivos e suas eficácias, analisando quais métodos são utilizado por eles e se estão sendo corretamente empregados.

Apresentar aos alunos os mecanismos que possibilitem a construção, desenvolvimento e manutenção da cartilha digital, bem como lhe orientar para os recursos digitais empregados, tais como formatar e publicar no blog.

Desenvolver com os alunos, material informativo, uma cartilha digital, por meio do blog. Este material posteriormente será utilizado por outros estudantes e profissionais da educação e da saúde.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de pesquisa acadêmica. A literatura sobre o tema é escassa e pouco divulgada, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

São Miguel de Taipu, ____ de maio de 2019.

Mestrando Tiago Teodósio Frutuoso de Lima
Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa

Pesquisador Responsável: Mestrando Tiago Teodósio Frutuoso de Lima ...

Endereço do Pesquisador Responsável: Rua Gentil Lins – Centro, Sapé-PB - CEP: 58.340-000 - Fones: 987559418 - E-mail: tiagotflima@gmail.com

E-mail do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba: eticaccs@ccs.ufpb.br – fone: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791

Endereço: Cidade Universitária – Campus I – Conj. Castelo Branco – CCS/UFPB – João Pessoa-PB - CEP 58.051-900

Apêndice 3 - Sequência didática 1

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: SISTEMA REPRODUTOR HUMANO

1 Conteúdo

1.1.Conteúdo estruturante

Anatomia e fisiologia gerais do sistema reprodutor masculino e feminino, caracteres sexuais primários e secundários, efeitos da puberdade.

1.2.Conteúdo básico e específico

Reprodução, puberdade, caracteres sexuais primários e secundários, as estruturas do sistema reprodutor masculino e feminino, ciclo menstrual e influência hormonal no desenvolvimento do aparelho reprodutor.

2. Objetivos

- Identificar os principais órgãos dos sistemas reprodutores masculino e feminino;
- Compreender a fisiologia do sistema reprodutor;
- Compreender as mudanças que ocorrem no organismo durante a puberdade;
- Identificar a ação hormonal no desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários;
- Reconhecer-se como sujeito do conteúdo ministrado.

3. Materiais e Métodos

Cola de isopor, marcadores (pincel).

Projektor de *slides*

Isopor. E.V.A (emborrachado).

Pistola e cola quente

Aula expositiva dialogada e explicativa

Atividade lúdica.

4. Número de aulas

3 aulas, 60 minutos cada

6 Justificativa

Os alunos da educação de jovens e adultos – EJA, apresentavam idades entre 18 e 65 anos, infelizmente não obtiveram o conhecimento sobre sistema reprodutor, reprodução e IST, na idade adequada, ou seja, aqueles que tiveram relacionamento sexual desconheciam certas práticas, medidas preventivas e como ocorria todo o processo reprodutivo.

No Ensino Médio, o conteúdo de Fisiologia e Morfologia dos Sistemas Humanos é sempre aplicado no 2º ano Médio, porém este assunto foi aplicado junto com a turma do 1º ano, devido à oportunidade de aplicação do Projeto de pesquisa para conclusão do Mestrado Acadêmico do Programa de Mestrado Profissional de Biologia – ProfBio.

Diante da realidade da turma da EJA, na qual a maioria dos alunos matriculados se encontrava evadidos ou são desistentes, devido às suas responsabilidades com seus afazeres domésticos e responsabilidade de arcar com as despesas da casa, uma vez que já possuem crianças e também há entre alguns o desânimo em continuar frequentando, poucos alunos dos quais se matricularam frequentavam a escola.

A referida aula trouxe uma abordagem ligada ao conhecimento morfológico do corpo humano para a prática de prevenção à gravidez e às IST. A fisiologia do sistema reprodutor foi abordada paralela à estrutura morfológica apresentada.

As aulas foram importantes para que os alunos possam conhecer melhor o seu corpo, uma vez que este conteúdo é repleto de tabus e curiosidades, muitos desses jovens e adultos nunca tiveram conhecimento sobre o conteúdo e, diante da sua família, tem receio de expor problemas de ordem genital aos seus familiares. Muitos jovens iniciam a sua vida sexual sem mesmo apresentarem conhecimento do corpo e medidas de prevenção da gestação e/ou as infecções sexuais.

A metodologia aplicada foi baseada na identificação do conhecimento prévio, para que assim pudéssemos iniciar o desenvolvimento do conteúdo, com uma abordagem simples e direta, para que não ocorressem dúvidas. Logo em seguida, foi realizada aula expositiva e explicativa, construção de maquetes em 3D, para que os alunos possam melhor observar o

funcionamento dos órgãos presentes no sistema reprodutor. A avaliação consistiu em uma discussão sobre o contexto e identificação dos órgãos por meio das maquetes.

7 Desenvolvimento das Atividades

1º Aula

Os alunos foram apresentados a modelos tridimensionais do sistema reprodutor humano feminino e masculino, previamente confeccionados pelo autor (esse material foi produzido em outra oportunidade, com turmas anteriores e foi reutilizado nesta sequência didática) nesta atividade, os alunos foram divididos em dois grupos, homens montaram o aparelho reprodutor masculino, mulheres montaram o aparelho reprodutor feminino e identificaram as partes morfológicas dos sistemas. Após a montagem dos sistemas reprodutores, os grupos compartilharam o aprendizado com o outro grupo, apresentando-lhes os painéis confeccionados. Ao término da aula, foi proposto que os alunos fizessem suas pesquisas sobre o sistema reprodutor, as pesquisas foram realizadas através das características de cada sistema (forma, função, relação com os demais sistemas).

2º Aula

No primeiro momento os alunos socializaram o assunto pesquisado. Foi reservado um tempo ao final da aula para dúvidas e questionamentos.

3º Aula

Apresentações em *slides* dos sistemas reprodutores, apresentando apenas a morfologia. Foram identificadas as etapas da gestação e posteriormente os alunos tiveram tempo para sanar as dúvidas

8 Aprendizagem esperada

Por meio das aulas os alunos puderam identificar os órgãos do sistema reprodutor masculino e feminino, compreenderam o funcionamento dos sistemas e também identificaram as etapas da gestação.

9 Referências

LOPES, Sônia. ROSSO, Sérgio. Bio, Vol. 1. 3º ed. – São Paulo: Saraiva, 2016
_____. Bio, Vol. 2, 3º ed. – São Paulo: Saraiva, 2016

Apêndice 4 - Sequência didática 2

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IST.

1. Conteúdo

1.1. Conteúdo estruturante

Métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis

1.2. Conteúdo básico e específico

Prevenção à gravidez; gravidez na adolescência; tipos de métodos contraceptivos; IST; Tipos de IST.

2. Objetivos

- Identificar os principais tipos de métodos contraceptivos;
- Compreender a importância da prevenção da gravidez e da IST;
- Apresentar os riscos de uma gravidez na adolescência, bem como os riscos de contrair IST;
- Apresentar as principais IST que se desenvolvem;
- Reconhecer-se como sujeito do conteúdo ministrado.

3. Materiais e Métodos

Aula explicativa, problematizada e dialogada.

Aula lúdica

Projektor de *Slides*

Lousa e caneta

4. Número de aulas

4 aulas, 60 minutos cada

5. Justificativa

Devido à aplicação de um projeto para a construção de um *blog* sobre prevenção a gravidez na adolescência e IST, proveniente do Mestrado Profissional de Ensino em Biologia, pelo Programa de Mestrado Profissional de Biologia – ProfBio, foi necessário estabelecer uma sequência didática tratando sobre o tema abordado.

Os alunos do 3º segmento da EJA eram constituídos por alunos considerados maiores de idade, a maioria deles já teve relações sexuais e/ou já possuem filhos. Porém, devido à falta de conhecimentos e a não oportunidade de educação no tempo adequado, muitos não conheciam os métodos contraceptivos que podem evitar gravidez indesejada e prevenir contra às IST.

Por esse motivo a sequência didática foi abordada anteriormente a construção do *blog*, para que os alunos tivessem o conhecimento do conteúdo e dialogar entre eles.

6. Desenvolvimento das Atividades

1º Aula

A aula foi iniciada com temas geradores que impulsionaram a aprendizagem dos alunos, além de trazer um pouco da sua realidade. Os alunos apresentaram seu conhecimento empírico e socializaram com os colegas de sala.

Os temas geradores foram

- A quais mudanças estão sujeitos os adolescentes que engravidam?
- Como evitar uma gravidez precoce?
- O que é e como desenvolvem as IST?

Após a interpretação dos alunos sobre a problemática, foi apresentado por meio de *slides* os principais tipos de métodos contraceptivos e *slides* sobre o risco da gravidez precoce.

2º Aula

Aula lúdica foi abordada por meio de vídeos, relatos de adolescentes que engravidaram e que tiveram que abandonar seus estudos, ambas as situações, parecidas com aquelas vivenciadas por alunos da escola.

Os vídeos foram: o documentário produzido pelas secretarias de saúde, assistência social e educação da cidade de Palmácia no interior do Ceará. Neste vídeo vamos conhecer o relato de três adolescentes, Giovanna Bernardino, de 15 anos de idade, Josiana, também de 15 anos, e da Gisele, com 16 anos. Todas relatam suas experiências com a gravidez precoce e o abandono da escola. Neste documentário, também teremos o depoimento das três secretárias de Palmácia, a Secretária de Saúde, da Educação e de Assistência Social. O documentário é uma produção da Vile Filmes, denominado “Gravidez na adolescência”. Disponível no Link <https://www.youtube.com/watch?v=1Zg7FUrAxVE>.

O segundo vídeo tratava-se do documentário “Meninas Mães”, que conta a história de Tainara, 16 anos, e Aline, 17 anos. A produção conta o dia a dia das adolescentes e as dificuldades que ambas encontram para lidar com os filhos. Neste documentário há também a fala de diversos especialistas sobre prevenção à gravidez. O documentário é uma produção da UNIUBE – Universidade de Uberaba, está disponível no link https://www.youtube.com/watch?v=1B7s71kAk_g.

Ao término dos vídeos, deixamos tempo para questionamentos.

3º Aula

Apresentação em *slides* das principais IST, no final foi dada ênfase a AIDS. Após apresentação houve debate e momento tira dúvidas.

4º Aula

Atividade lúdica. Foi proposto uma brincadeira, um jogo; a sala foi dividida em dois grupos, foi feito sorteio para formar os grupos, um dos grupos teve que defender o uso dos métodos contraceptivos e o outro grupo teve que encontrar argumentos para defender o contrário. Ao fim da atividade discutimos se um grupo convenceu o outro e qual proposta saiu vencedora.

Também foi feita a avaliação participativa dos alunos que participaram das atividades.

7. Aprendizagem esperada

Os alunos aprenderam por meio das aulas a identificar os principais métodos contraceptivos bem como conscientizar-se para o uso dos mesmos, além de se familiarizarem com as dificuldades de uma gestação na adolescência. Também aprenderam a identificar às IST, os tipos e como se prevenir, além de identificarem os riscos da AIDS.

8. Referências

LOPES, Sônia. ROSSO, Sérgio. Bio, Vol. 1. 3º ed. – São Paulo: Saraiva, 2016
_____. Bio, Vol. 2, 3º ed. – São Paulo: Saraiva, 2016

ANEXOS

ANEXO - 1

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Sexual: Uma abordagem preventiva da gravidez indesejada na adolescência, em turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Pesquisador: TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 14536019.4.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.430.240

Apresentação do Projeto:

Dissertação do PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BIOLOGIA - PROFIBIO do Centro de CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CCEN da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor TEMILCE SIMÕES DE ASSIS. Pesquisador pretende elaborar cartilha digital didática via blog, instrutiva com ilustrações capazes de informar aos alunos da EJA sobre os métodos contraceptivos existentes, e alertar sobre os riscos de uma gravidez indesejada e ISTs

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Elaborar cartilha digital didática via blog, instrutiva com ilustrações capazes de informar aos alunos da EJA sobre os métodos contraceptivos existentes, e alertar sobre os riscos de uma gravidez indesejada e ISTs.

Objetivo Secundário:

Investigar o conhecimento inicial dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, sobre o uso de métodos contraceptivos e suas eficácias, analisando quais métodos são utilizado por eles e se estão sendo corretamente empregados. Apresentar aos alunos os mecanismos que possibilitem a construção, desenvolvimento e manutenção da cartilha digital, bem como lhe orientar para os recursos digitais empregados, tais como formatar e publicar no blog. Desenvolver com os alunos, material informativo, uma cartilha digital, por meio do blog. Este material posteriormente será

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.430.240

utilizado por outros estudantes e profissionais da educação e da saúde.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos e dessa forma é necessário ter precauções, assim destacam-se a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo ou vergonha - por serem gravados por meio de vídeos ou áudios, estresse e cansaço ao responder às perguntas. A metodologia utilizada não impõe risco à saúde física do participante. Para evitar o constrangimento e danos

psicológicos os convidados a responder, irão se submetidos em local privado resguardando sua identidade.

Benefícios:

Os benefícios advindos da pesquisa superam as possibilidades de quaisquer tipos de riscos, como o psicológico, intelectual e emocional. Ademais, as estratégias utilizadas constituem-se em metodologias ativas capazes de tornar o aluno como protagonista do processo de construção e criticidade do conhecimento. Além disso, os resultados dessa pesquisa poderão fomentar a ressignificação do professor em sala de aula, bem como incentivar a reflexão e a mudança sobre às práticas educativas tradicionais, sobretudo, no ensino de biologia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e metodologia bem fundamentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem aos requisitos formais do CEP.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável a execução desse projeto de pesquisa, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.430.240

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1363310.pdf	26/05/2019 18:47:35		Aceito
Outros	9_ROTUIRO_DA_ENTREVISTA_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS.pdf	26/05/2019 18:44:34	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_MODELO_TCLE_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	26/05/2019 18:41:13	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	26/05/2019 18:40:30	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	26/05/2019 18:40:17	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.docx	26/05/2019 18:39:39	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMOS_DE_ANUENCIA_DECLARACAO_DE_INSTITUICAO_E_INFRAESTRUTURA.pdf	26/05/2019 18:39:06	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO_PEL_O PROGRAMA.pdf	26/05/2019 18:37:49	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	26/05/2019 18:25:01	TIAGO TEODOSIO FRUTUOSO DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 02 de Julho de 2019

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br





Diante do pressuposto, entendemos que a educação sexual é natural e deve ocorrer de forma sistemática e proporcionar ao educando o conhecimento necessário para as relações cotidianas.

Nenhum comentário: [Links para esta postagem](#)

Marcadors: Adolescentes, Ajuda, EJA, Escola, Projeto

Videos Educativos sobre Gravidez Indesejada

Este projeto foi desenvolvido em turmas do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos, da escola CIEM-HV em São Miguel de Taipu. Para conscientizar os alunos sobre a gravidez precoce, ou seja gravidez na adolescência, foram exibidos dois vídeos, são produções específicas para lidar com o público jovem e adulto para os riscos de uma gravidez indesejada na adolescência.

O documentário produzido pelas secretarias de saúde, assistência social e educação da cidade de Palmácia no interior do Ceará. Neste vídeo vamos conhecer o relato de três adolescentes, Giovanna Bernardino, de 15 anos de idade, Josiana, também de 15 anos, e da Giselle, com 10 anos. Todas relatam suas experiências com a gravidez precoce e o abandono da escola. Neste documentário também teremos o depoimento das três secretárias de Palmácia, a Secretária de Saúde, Educação e de Assistência Social. O documentário é uma produção da Vile Filmes, denominado "Gravidez na adolescência".



O que vocês acharam dos vídeos? Deixem seus comentários

abaixo.

AIDS Page 9



Nenhum comentário: [Links para esta postagem](#)

Nenhum comentário: [Link](#)

AIDS: Page 5



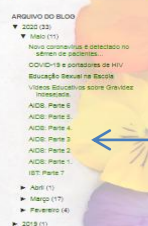
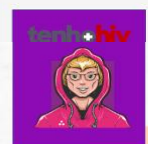
O HIV é um vírus muito perigoso, ataca o sistema imunológico humano e com o tempo causa a AIDS, que proporciona o surgimento de uma série de doenças oportunistas.

A maior parte da população que contraiu HIV não vai apresentar nenhum sintoma descrito acima, são os chamados assintomáticos.

Nenhum comentário: [Links para esta postagem](#)

Nenhum comentário. [Links para esta postagem](#)

- [Montarope infanti](#)
- [Novembro Azul](#)
- [Oculito](#)
- [Pásquia](#)
- [Pre-natal](#)
- [Prevenção](#)
- [Projeto](#)
- [Rins](#)
- [Ruberidade](#)
- [Recem-nascidos](#)
- [Semen](#)
- [Sintomas](#)
- [Transmissão](#)
- [uso de camisinha](#)
- [Videos](#)
- [Virus](#)

[Denunciar abuso](#)

TOTAL DE VERBALIZAÇÕES DE PÁGINA

ROSTAGEM DE STAGUE



Page 10 of 10

FEEDBACK
BLOG

1995

Sites utilizados como pesquisa

Meses da
publicação

Total de Visualizações

Organização do conteúdo

Anexo 3.

Produto



TIAGO TEODÓSIO FRUTUOSO DE LIMA

A CONSTRUÇÃO DE UM BLOG COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO SOBRE
PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA EM ADOLESCENTES E IST NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

ORIENTADORA:

PROF. DR(A): TEMILCE SIMÕES DE ASSIS CANTALICE



PROFBIO
Mestrado Profissional
em Ensino de Biologia





MANUAL DO USUÁRIO

SUMÁRIO

1. COMO CONSTRUIR UM <i>BLOG</i>	05
2. ACESSANDO O BLOG.....	07
3. PAINEL DE NAVEGAÇÃO.....	08
4. A BARRA DE MENU.....	09
5. ADICIONANDO UMA NOVA PÁGINA NA BARRA DE MENU.....	11
6. NAVEGANDO PELOS MARCADORES.....	12
7. COMO ADICIONAR UM MARCADOR.....	12
8. ADICIONANDO UM GADGET AO BLOG.....	13
9. ESTATÍSTICAS DO BLOG.....	14

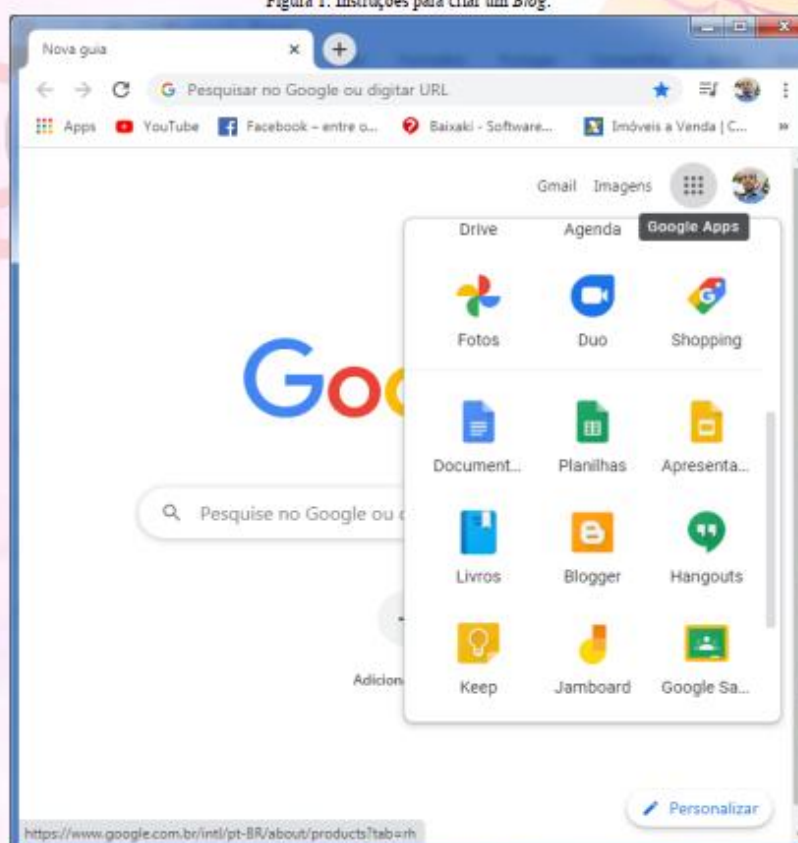


1. Como construir um *Blog*

Para construir o *blog*, utilize a ferramenta gratuita *Blogger*, disponível para os usuários do *gmail*, pois trata-se de uma das ferramentas do pacote *Google* (figura 1).

No *gmail* por meio da barra *Google Apps*, acesse o aplicativo *Blogger*. Os passos seguinte são: clicar em “criar *blog*”; escolher e digitar um nome para o *blog*; escolher o endereço ou URL do *blog*; salvar o *blog* (figura 2).

Figura 1. Instruções para criar um *Blog*.



Fonte: Página do Google.

Fonte: <https://educacaosexualnaeia.blogspot.com/>

Depois de criado, chegou a hora de editar o blog, na lateral esquerda existe um conjunto de ferramentas que irão proporcionar os ajustes. O primeiro deles é “Postagem”, clicando sobre inicia-se a construção de uma nova postagem do *blog*. O item “Layout” permite as configurações básicas do blog, já o ícone “Tema”, permite que se escolha um modelo para o *blog* inicial (figura 3).

Figura 3. Configurações do Blog



Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

2. Acessando o Blog.

Para acessar o *blog*, digite o link <<https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>>, e tecle *enter*; fazendo isso, em seguida você será redirecionado para a página inicial do *blog* (figura 4).

Figura 4. Página inicial do *blog*



Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

4. A Barra de Menu

Por meio da barra de menu, o pesquisador tem acesso as principais páginas do blog. A primeira delas é a *Home*, página inicial do *blog*, onde se encontra as principais postagens do *blog* referentes ao projeto (figura 6).

Figura 6. Página inicial do *blog*.



Fonte: <https://educacaosexualmaeja.blogspot.com/>

A segunda página da barra de menu, traz o assunto sobre AIDS (figura 7), especificamente, fazendo todo um apanhado sobre a infecção.

Figura 7. Página com conteúdo específico sobre a AIDS.



Fonte: <https://educacaosexualmaeja.blogspot.com/>

A terceira também especifica aborda os tipos de IST (figura 8), aqui o pesquisador conhece com mais detalhe os tipos de IST, características, sintomas e prevenção.

Figura 8. Página contendo informações sobre IST e os tipos de infecções.



Fonte: <https://educacaosexualnaesja.blogspot.com/>

O quarto item da barra de menu é o glossário (figura 9), neste item os principais verbetes utilizados são melhores definidos, buscando uma compreensão total do pesquisador.

Figura 9. Página referente ao glossário.



Fonte: <https://educacaosexualnaesja.blogspot.com/>

O quinto e última página do menu é um tópico especial sobre a pandemia do COVID-19 (figura 10). Aqui o visitante encontra informações sobre a doença e dados atualizados.

Figura 10. Página dedicada a Pandemia do COVID-19.

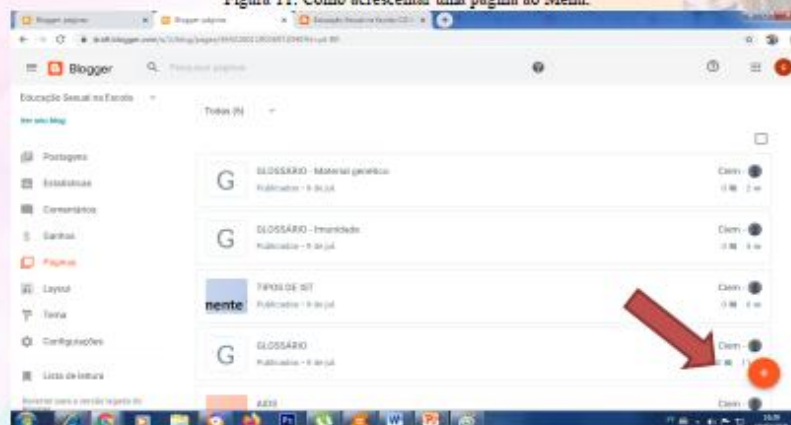


Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

5. Adicionando uma nova página na Barra de Menu.

Nas configurações do *blog* na aba páginas, você vai encontrar no canto inferior direito um botão (+), basta clicar-lo e uma nova página será adicionada. Depois vá a *layout* e configure a nova página (figura 11).

Figura 11. Como acrescentar uma página ao Menu.



Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

6. Navegando pelos Marcadores

Os marcadores proporcionam um acesso rápido e direto ao conteúdo que o visitante deseja, escolhendo qualquer uma das opções o *blog* é direcionado ao conteúdo (figura 12).

Figura 12. Demonstração de funcionamento dos marcadores.



Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

7. Como adicionar um marcador.

Do lado direito da nova postagem há as configurações de postagem, onde há a opção "Marcadores", o usuário pode adicionar um novo marcador ou utilizar um já adicionado, clicando em cima dele (figura 13)

Figura 13. Adicionando marcadores



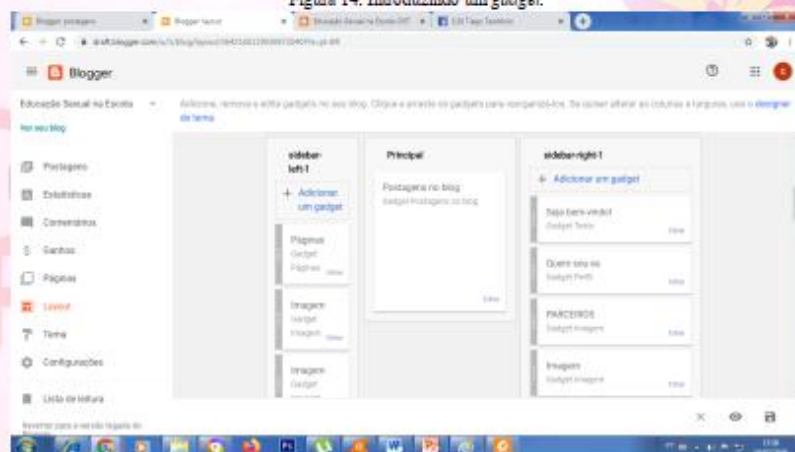
Fonte: <https://educacaosexualnaeja.blogspot.com/>

8. Adicionando *gadget* ao blog

Os *gadgets* são ferramentas que permitem uma melhora na aparência do *blog*. Na página de configurações, clique em *Layout*, aparecerá um croqui do seu *blog* (figura 14). Em “adicionar um *gadget*” há 26 tipos de conteúdos, são *gadgets* de texto, de perfil, de imagem de páginas e etc. (figura 15).

Basta escolher um seleciona-lo em seguida configura-lo, ele vai aparecer na página inicial do *blog*.

Figura 14. Introduzindo um *gadget*.



Fonte: <https://educacaosexualmaeja.blogspot.com/>

Figura 15. Os 26 tipos de *gadgets* existentes para configurar.

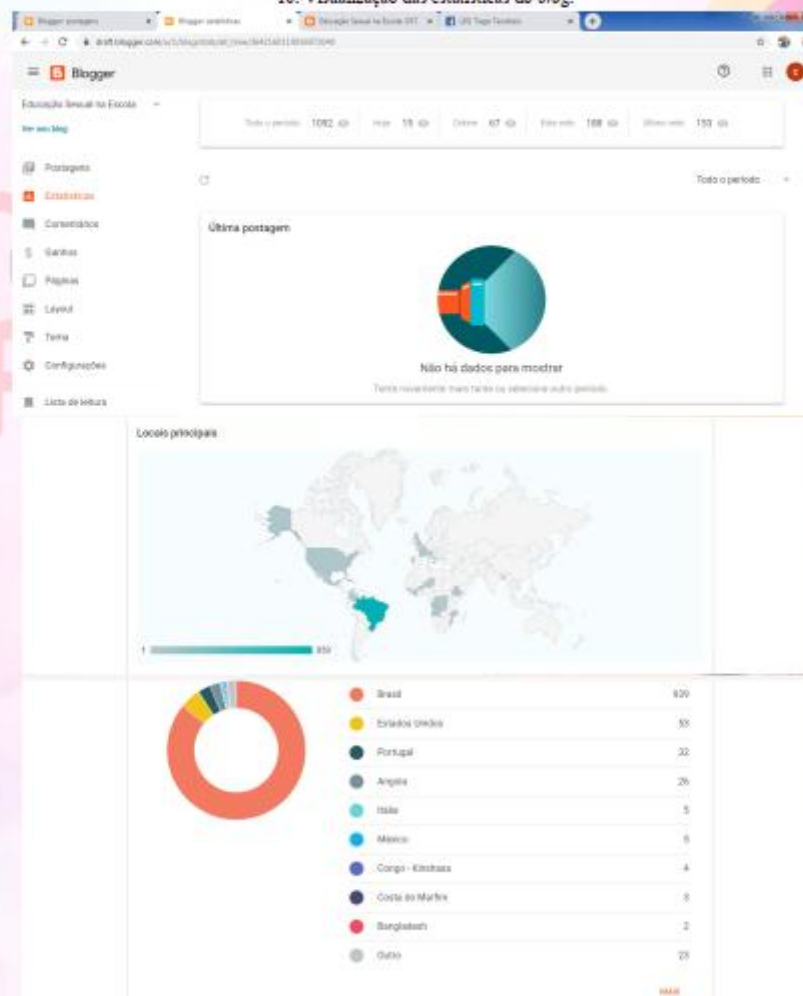


Fonte: <https://educacaosexualmaeja.blogspot.com/>

9. Estatística do *Blog*

Na aba “estatística” é possível ter ciência do andamento do *blog* e o alcance do mesmo, o próprio aplicativo do *Google*, identifica o total de visitantes, o total de comentários e a nacionalidade dos visitantes (figura 16).

16. Visualização das estatísticas do *blog*.



Fonte: <https://educacaosexualnaescola.blogspot.com/>